



Polêmica verde

Novo Código Florestal proposto no dia 6 de julho deve aumentar a disponibilidade de terras para agropecuária ao custo de 80 milhões de hectares de vegetação natural. O documento gerou reação da comunidade científica e dividiu opiniões. A polêmica gira em torno da redução das áreas de reserva legal e mata nativa às margens de rios, encostas e topos de morro, o que também pode ter implicações nas cidades. A votação da proposta no Congresso ocorrerá após as eleições.

Página Central

BOLSAS

Capex muda regra

Portaria da Capex, lançada em julho, permite a complementação de bolsas com rendimentos de atividades remuneradas, desde que autorizada pelo orientador e pelo curso de pós-graduação. Na avaliação do pró-reitor de Pós-graduação da UFRGS, Aldo Bolten Lucion, a medida deve atrair mais alunos, especialmente em áreas consideradas estratégicas para o país, como as engenharias, a informática e a saúde. O professor entende que o Brasil ainda necessita avidamente de doutores. Ele acha também que a mudança permitirá a redução das assimetrias dos sistemas de ciência e tecnologia e de pós-graduação do país. **P7**



COMPORTAMENTO

Casamento gay

A Argentina é a primeira nação da América do Sul a permitir que casais do mesmo sexo possam se casar em qualquer cartório do país. A nova legislação oficializou a conquista de direitos civis que até então eram exclusivos da população heterossexual, como a possibilidade de adoção. Segundo o procurador regional da República Paulo Gilberto Leivas, o que houve no país vizinho "é uma realização do direito constitucional de igualdade. Algo garantido pelas constituições de todos os países, mas que vem sendo violado em diversos locais, inclusive no Brasil". Para ele, a atual composição do nosso Congresso torna praticamente impossível que isso ocorra por aqui. **P10**

FUTEBOL

Fábrica de (in)sucesso

As palavras craques e ídolos carregam consigo muito mais significados – e consequências – para a sociedade do que pode parecer à primeira vista. O fenômeno de cultuar jogadores de futebol como celebridades não é novo, data da década de 1930, quando surgiram os cronistas esportivos. Nesse processo, meninos sonham em se tornar famosos e ricos, morando em alojamentos, quicando de time em time e seguindo exemplos nem sempre "exemplares". O que os clubes fazem para contribuir na formação dos garotos que acolhem? **P5**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

"Aquecimento global é farsa"

A afirmação é do físico e meteorologista da Universidade Federal de Alagoas, Luiz Carlos Molion. Conhecido por seu discurso contrário à teoria do aquecimento do planeta, ele esteve na UFRGS participando do XVI Encontro Nacional de Geógrafos e sustenta que a Terra passa por um período de resfriamento global. O professor defende a necessidade de investimentos em sistemas de alerta contra tempestades e tornados, pois prevê que o Brasil estará sujeito a tais fenômenos nas próximas duas décadas. **P11**

LEI DA PALMADA

Projeto prevê punição contra castigo corporal

Página 4

GESTÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Resíduos Sólidos

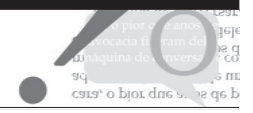
Página 2

INFRAESTRUTURA

Teatro Universitário aguarda socorro

A Sala Qorpo Santo encontra-se fechada ao público. O espaço está disponível somente para ensaios dos alunos. Toda a programação das Mostras do Departamento de Arte Dramática e do projeto Teatro, Pesquisa e Extensão foi transferida para a Sala Alziro Azevedo, que não dispõe de condições adequadas para receber os espectadores. Ambos os ambientes tiveram projetos de reformas encaminhados e esperam a liberação das verbas. Mesmo assim, a produção experimental do DAD se mantém ativa. **P12**





Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Autonomia Universitária

A Autonomia das Universidades é preceito constitucional, porém a falta de legislação infraconstitucional fazia dela mais uma idealização, ou demanda, do que propriamente realidade. O conceito de autonomia é abrangente e envolve três eixos principais: o didático-científico, o da gestão financeira e patrimonial e o da gestão administrativa, que engloba a administração de pessoas e a escolha dos dirigentes. Na última reunião com o coletivo de reitores da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes e na presença dos ministros de Estado da Educação, do Planejamento e da Saúde, o presidente Lula assinou dois decretos e uma medida provisória que avançam de maneira consistente em direção à autonomia universitária. Com vistas à gestão de pessoas, foi definido o

quantitativo de referência do quadro de servidores técnico-administrativos; como consequência, as instituições poderão nomear concursados para ocupar vacâncias ocorridas por aposentadoria, exoneração ou outras causas sem prévia autorização do Ministério do Planejamento, a exemplo do que já ocorre com os cargos de docentes desde a criação do sistema de professor equivalente. O decreto que dispõe sobre o orçamento, entre outros, permite mais flexibilidade na execução financeira, como a complementação do orçamento de recursos diretamente arrecadados e a transferência do financeiro não executado para o orçamento do ano seguinte. A medida provisória estabelece de maneira definitiva a forma de relacionamento das IFES com as Fundações de Apoio, dimensionando as áreas de atuação e

impondo mecanismos de controle e transparência.

A limitação deste espaço impede análise alentada, mas um princípio comum emerge: as universidades passam a ter capacidade de real planejamento. O conjunto dos reitores demonstrou satisfação pela compreensão do Governo Federal em relação à importância da Universidade para o desenvolvimento do país e à necessidade do exercício pleno de sua autonomia, conferida pelo artigo 207 da Constituição Federal, para atingir suas finalidades. É a expressão máxima de uma inédita política de apoio às universidades federais e ao ensino a partir de uma visão sistêmica; política que todos queremos que se torne uma Política de Estado para a construção de uma nação mais desenvolvida, educada, justa e menos desigual.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembeckor Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Dalro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ania Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Aluisio Pinheiro
Fotografia
Cadinho Andrade, Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Ariel Fagundes, Carlos Eduardo Caldas de Souza, Diego Mandarino e Martina Morsch
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e Impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Igualdade racial

Escrevo para parabenizar a equipe do JU, em especial, o estudante de doutorado em educação Paulo Sérgio da Silva, pela matéria publicada em "Debates" (n.º 129, página 4) que aborda a questão da igualdade racial. É de particular oportunidade e clareza de visão a abordagem dada pelo autor às definições de "liberdade" em tempos de liberalismo econômico. A atualidade de sua coluna não poderia ser mais exata, quando os Campi desta Universidade são palco de eventos promovidos pelo DCE "livre", em que exatamente essa visão de "liberdade" é pretensamente debatida. Não bastasse a aplicação orwelliana da linguagem para redefinição de ideologias econômicas, esses eventos são patrocinados por autores sociais de duvidosa isenção ética, tais como indústrias do cigarro e outras, envolvidas em processos políticos recentemente criticados em nosso jornal, como foi o caso da destruição do bioma Pampa por interesses da indústria de papel e celulose. Talvez estejamos precisando iniciar um debate urgente na UFRGS sobre a ética da formação universitária e das relações da academia com o setor produtivo. É um grande desafio, mas penso que o campo de ideias é exatamente aqui, na Universidade. Afinal, a ética não pode ser resumida ao debate sobre a pertinência dos experimentos com animais, mas sim sobre os meios e a os fins da educação. Como educadores, acredito ser nossa obrigação assumirmos a responsabilidade por este debate. Quem sabe o JU inicia este processo?

Marco Antônio Záchia Ayub, PhD
Professor Titular, Pesquisador I CNPq
BiotechLab, ICTA, UFRGS

Memória da UFRGS

ACERVO DO MUSEU DA UFRGS



Final do século XIX

Uma das primeiras bibliotecas da Escola de Engenharia, fundada em 1897 – foto publicada no livro "Escola de Engenharia – UFRGS: Um século". A centenária edificação está em processo de restauro, e esse cuidadoso trabalho é o tema escolhido para o Ensaio da contracapa desta edição.

Artigo

Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma questão do dia a dia

Após mais de 21 anos sendo discutida no Congresso Nacional, no dia 2 de agosto, o presidente da República sancionou a Lei n.º 12.305, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em termos legais, podemos afirmar que estamos chegando ao século 20, pois a maioria dos países, mesmo os do Mercosul, já possui leis sobre o tema, elaboradas ainda no século passado.

Dois conceitos que estão na lei poderão vir a mudar o nosso dia a dia. O primeiro é o de Logística Reversa, definida como o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou para outra destinação ambientalmente adequada.

Pela legislação, a obrigação da logística reversa, que no início se aplicará a pneus,

pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos lubrificantes, agrotóxicos e suas embalagens, é do setor empresarial. As embalagens deverão ser produzidas com materiais que propiciem a sua reutilização ou reciclagem, tendo de ser restritas às dimensões requeridas para a comercialização, sendo responsáveis tanto quem as fabrica como quem as coloca em circulação.

Outro conceito é o de Responsabilidade Compartilhada do Ciclo de Vida dos Produtos, definida como o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana para minimizar o volume de resíduos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Esses conceitos, somados ao objetivo de "não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a

disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos", respeitada essa ordem, e ainda impondo aos órgãos públicos a prioridade de compra de materiais reciclados ou recicláveis, ou que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentável nas suas compras, é uma tentativa clara de barrar a triste estatística de crescimento constante na produção de resíduos sólidos pelos brasileiros.

Outra inovação é a obrigatoriedade dos municípios de prestar informações ao Sistema Nacional de Informações em Resíduos Sólidos, revertendo o caos atual – o Sistema, operado pelo Ministério das Cidades, tem uma adesão voluntária de menos 7% dos municípios, impondo gastos completamente desnecessários, pois o IBGE acaba tendo de realizar a onerosa Pesquisa Nacional sobre o Saneamento Básico a cada 10 anos. A tarefa de repassar os dados sobre os resíduos, com a lei, é da competência dos municípios.

Também consta como objetivo dessa política

pública a inclusão dos catadores nas ações de gestão compartilhada, pois, se durante os últimos 20 anos o Brasil atingiu, em alguns materiais, índices elevados de reciclagem, como os 80% das latinhas de alumínio, foi pela ação dos catadores, que não poderiam ser excluídos com a edição da lei.

O incentivo à análise do ciclo de vida dos produtos e a sua rotulagem ambiental, conforme for previsto nos próximos 90 dias no processo de regulamentação da medida, poderão dar ao consumidor brasileiro o direito de saber que tipo de embalagem é mais impactante em termos ambientais, criando condições para que o consumo consciente seja praticado por toda a população, uma vez que esses dados deverão fazer parte das informações constantes nas embalagens.

Darci Campani

Professor titular, coordenador da Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFRGS



Intercâmbio

Projeto incentiva hospedagem de estudantes estrangeiros

A Secretaria de Relações Internacionais (Relinter) desenvolve, desde o primeiro semestre, um novo projeto cujo intuito é proporcionar aos nossos alunos, ou a pessoas que possuam vínculo com a Universidade (ex-alunos ou seus pais), a oportunidade de trazer a cultura de um país estrangeiro para dentro de sua casa. O Intercâmbio em Casa consiste em hospedar estudantes estrangeiros que venham para a UFRGS na condição de alunos-visitantes.

Maria Inês Nardi, assessora da Relinter, explica que a ideia surgiu da dificuldade de abrigar estudantes nas imediações da Universidade. “Nossa cidade não tem uma cultura de hostel ou de outros sistemas de hospedagem mais baratos para aqueles que vêm passar um tempo mais longo por aqui – que pode variar de dois meses a até um ano. O aluguel de apartamento via imobiliária é impossível, em função da documentação exigida e da grande burocracia, e os hotéis porto-alegrenses têm diárias inacessíveis. Por fim, a UFRGS ainda não dispõe de uma casa do estudante internacional.”

Ela acrescenta que, além de suprir a carência de alojamento, o projeto tem uma proposta de integrar, pois o estudante é hospedado junto a uma família previamente cadastrada, cujos membros têm ou tiveram vínculo com a Universidade: “O objetivo é que a pessoa receba esse estudante em sua casa, cobrando ou não algum tipo de diária – isso fica a critério do hospedeiro –, para ter a vivência da cultura do visitante e permitir-lhe o convívio com hábitos e costumes brasileiros. Sabe-se que o intercâmbio é mais proveitoso quando o estudante é acolhido por uma família”, comenta, ressaltando que esses jovens terão a oportunidade de conhecer



Felipe Traesel, estudante do Nele, é um dos cadastrados para hospedar alunos estrangeiros

Porto Alegre sob outro ponto de vista.

O projeto, que teve início no primeiro semestre, já conta com 10 famílias cadastradas. Segundo a assessora, a partir deste mês a UFRGS deve receber cerca de 100 alunos estrangeiros. “Esse dado diz respeito somente aos estudantes de graduação inscritos até agora, mas ainda não dispomos dos números referentes ao Programa de Português para

Estrangeiros e aos cursos de pós-graduação. Em geral, temos um grupo que gira em torno dos 400 alunos-visitantes por semestre.”

Para formalizar a intenção de participar do Intercâmbio em Casa, o hospedeiro deve preencher o formulário disponível no link amigo brasileiro do site www.ufrgs.br/relinter, na opção alunos internacionais. Informações pelo telefone 3308-3902.

Descontração

Tango na Universidade

Em uma fria tarde de inverno, um grupo heterogêneo move-se pela sala ao som de um tango: rapazes, moças, senhores e jovens senhoras acompanham atentamente os passos do professor. A cada novo movimento que ensina, o mestre conta um pouco da história dessa dança que é a marca registrada dos países do Prata. A timidez vai sendo deixada de lado e se percebe que a aula transcorre num clima de alegria e prazer. Assim têm sido os encontros com Daniel Carlos, comerciante argentino que há 15 anos deixou Buenos Aires, afugentado por uma crise econômica. Amante do tango, instalou-se em Porto Alegre, onde conciliou seu trabalho com a atividade de dar aulas.

Os encontros com a comunidade da UFRGS são gratuitos e abertos a estudantes, professores e técnicos, e são realizados duas vezes por semana no turno da tarde. Daniel acrescenta que não é necessário inscrever-se.

André Macedo, aluno do 4.º semestre do curso de Teatro, acredita que dançar tango ajuda a complementar sua formação artística, além de proporcionar um conhecimento corporal mais completo. “Já tinha vontade de aprender essa dança, que acho linda. Quando surgiu a oportunidade de ter essas aulas, agarrei-a sem

pensar duas vezes. Fui me apaixonando cada vez mais. Hoje, estou tão envolvido com a dança que, junto com outros frequentadores das aulas do Daniel, estamos tentando criar um projeto de extensão. Para isso, contamos com o apoio da diretora da Divisão de Moradia Estudantil, Maria Elisabete Martini.”

Bárbara Medeiros, aluna do 12.º semestre de Medicina, conta que sempre gostou de dança, mas nunca imaginou que fosse capaz de aprender. Ela ficou sabendo do projeto ao visitar uma amiga na Casa do Estudante. “Em função das exigências do curso, eu tinha parado com todas as atividades de lazer. No final do ano passado, quando comecei a frequentar estas aulas, pensei que seria difícil continuar, mas o tango me puxou tanto que acabei abrindo mão de outras coisas para prosseguir dançando. Provavelmente, estaria bem mais estressada se não fosse por esses momentos. Além disso, também achei importante ter contato com estudantes de outros cursos.”

As aulas ocorrem aos sábados, às 16h30min, e nas segundas, às 14h, na sala X da Casa do Estudante da UFRGS (Av. João Pessoa, 41, segundo andar). Para participar, basta comparecer e deixar-se levar pelo tango.



Vestibular

UFRGS lança edital 2011

Com provas agendadas para o período de 9 a 12 de janeiro, a Comissão Permanente de Seleção da Universidade (Coperse) lançou o edital do Vestibular 2011. O documento está disponível no site www.vestibular.ufrgs.br, no qual é possível acessar a lista das leituras obrigatórias para a prova de Literatura e Língua Portuguesa. A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, as provas serão aplicadas nos municípios de Porto Alegre, Bento Gonçalves e Imbé/Tramandaí conforme o seguinte cronograma: Física, Literatura de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna, dia 9; Língua Portuguesa e Redação, dia 10; Biologia, Química e Geografia, dia 11; e História e Matemática, dia 12. As inscrições deverão ser realizadas de zero hora do dia 2 de setembro até as 23h59min do dia 3 de outubro de 2010, exclusivamente pela internet, no endereço já mencionado. Os interessados podem concorrer a uma das 5.018 vagas abertas em 87 cursos. A realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não é obrigatória para a participação no Vestibular da UFRGS. Ao efetivar sua inscrição, o candidato deverá indicar se deseja ou não que as notas do Enem sejam utilizadas no cálculo da média harmônica. Em caso positivo, o exame representará uma décima nota a ser somada ao score final, tendo peso dois. O valor da inscrição é de R\$ 100.

Prevenção

Prática musical saudável

De 30 de setembro a 2 de outubro, os problemas de saúde relacionados à prática musical serão abordados no II Encontro Riograndense de Medicina do Músico. O evento, promovido pelo Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS e pelo Grupo de Pacientes Artríticos de Porto Alegre (Grupal), reunirá especialistas para discutirem desde as tendinites à ansiedade de palco, dos problemas da voz à dor crônica, da prevenção à terapia para lesões relacionadas à prática instrumental. Além de palestras e mesas-redondas, estão previstos os workshops Saúde ao Piano e Tai Chi Chuan. As atividades serão desenvolvidas na Rua Senhor do Passos, 248. Informações pelo telefone 3308-4325.



UFRGS TV

Multiponto

História indígena redescoberta

Não há como precisar o tamanho do impacto que a chegada dos colonizadores causou às populações nativas do continente americano à época das navegações. No Brasil, conjectura-se que em 1500 havia cerca de 5 milhões de habitantes. Hoje, esses povos representam 0,4% da população brasileira.

É sobre essa população que o programa Multiponto buscará refletir e traçar um panorama atual. Segundo John M. Monteiro, professor de Antropologia da Unicamp, “é uma história marcada pela omissão, pela invisibilidade e pela ausência dos índios. No início, eles aparecem pontualmente em alguns episódios, mas é difícil explicar sua existência no Brasil hoje”.

Mesmo assim, observa-se um crescimento da população indígena, num processo que engloba o ressurgimento de tribos que se sentiam inseguras de afirmar sua indianidade, mas que agora encontram um respaldo social. Conforme a professora da Faculdade de Educação da UFRGS Maria Aparecida Bergamaschi, “é um crescimento que se dá em vários sentidos. O primeiro deles, talvez, seja a criação de políticas que ofereçam uma melhor condição de vida dentro das aldeias. Essas políticas de estado acabam fazendo com que morram menos crianças e as famílias consigam ter seus filhos educados de forma indígena, sem mantendo junto de suas comunidades”.

A trajetória desses povos também foi marcada por uma fase em que o Estado Nacional visou incorporá-los – de maneira homogeneizadora – aos processos de construção da nação. Com a Constituição de 1988, porém, tiveram sua autonomia validada e passaram a ser reconhecidos como culturas únicas, com necessidades próprias. “Hoje, digo para o poder público que eu sou kaingang, eu tenho orgulho e tenho direitos. Se eu não fosse kaingang, eu teria certeza de que eu seria isolado, não teria essa minha trajetória de luta”, diz Jaime Kentag Alvez, conselheiro kaingang da Aldeia do Morro Santana, em Porto Alegre.

Aspectos como os direitos dos povos indígenas e sua identidade social e cultural, podem ser acompanhados pelo programa Multiponto, que a UFRGS TV exibirá em duas partes nos dias 26 de agosto e 2 de setembro, às 21h30, no Canal 15 na NET.

Bruna Oliveira e Daiane de David, *estudantes do 2.º e do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

Para conhecer mais o Nupacs, pioneiro nos estudos de Antropologia do Corpo e da Saúde no Brasil, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que vai ao ar no dia 29 de junho, a partir das 21h30min, pela UNITV, canal 15 da NET POA.



Educando sem o uso da violência

Jean Von Hohendorff *

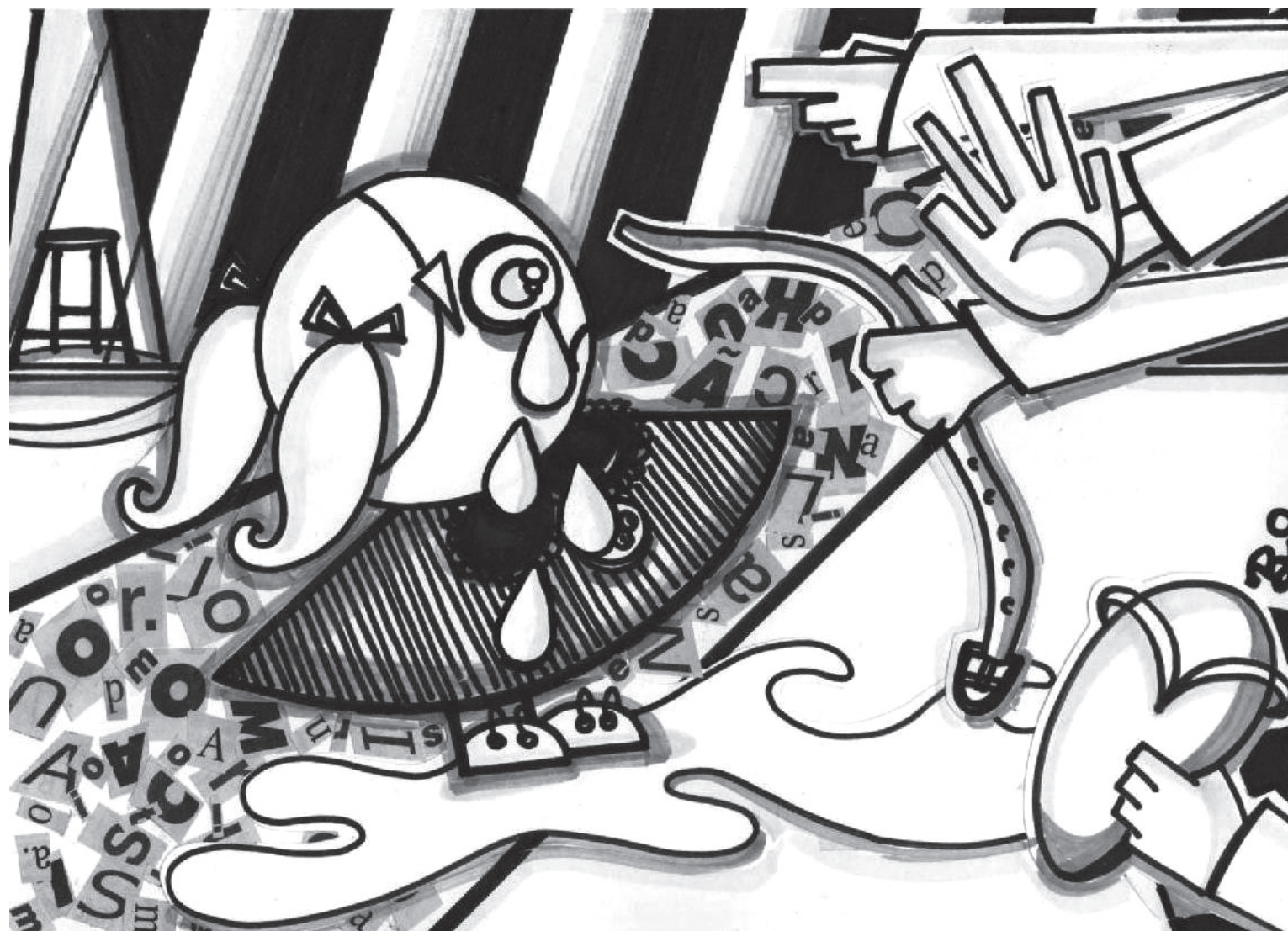
Em 2010, a sociedade brasileira comemora os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), criado para assegurar a proteção integral de grande parte da população brasileira. Estima-se que o Brasil possua mais de 60 milhões de crianças e adolescentes, o que representa cerca de 36% da população.

Duas décadas após sua implementação, diversas propostas e discussões foram e estão sendo feitas com o intuito de aprimorá-lo. Entre elas, o Projeto de Lei n.º 2.654/03, de autoria da deputada gaúcha Maria do Rosário. Embora datado de 2003, somente agora se tornou foco de discussões entre profissionais e cuidadores.

O projeto consiste na proibição de qualquer forma de punição corporal ou castigo, ainda que pedagógico, a crianças e adolescentes. Além disso, estão previstas campanhas educativas e de conscientização sobre o assunto e reformas curriculares nas escolas com a introdução do tema direitos humanos. Acresça-se a estes o estímulo à denúncia, em instituições competentes – conselhos tutelares, delegacias, promotorias, escolas –, de casos de punições a crianças e adolescentes. Com respaldo no ECA e na Constituição brasileira de 1988, os quais mencionam que crianças e adolescentes não podem ser vítimas de qualquer tipo de violência, no acordo internacional da Convenção sobre os Direitos da Criança, que recomenda que os países membros das Nações Unidas protejam crianças e adolescentes de qualquer tipo de agressão, e em experiências de países como Suécia, Itália, Canadá, Reino Unido, México e Nova Zelândia, o documento foi aprovado por unanimidade nas comissões de Educação e Cultura e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Medidas como a realização de serviços comunitários e encaminhamento para tratamento psicológico e/ou psiquiátrico estão previstas para quem infringir a lei, caso venha a ser aprovada no Senado.

Recentemente, o projeto acabou sendo foco de diversas discussões entre profissionais das áreas da educação, psicologia e afins, bem como entre pais, ficando conhecido como a “Lei da Palmada”. As opiniões são muitas, desde aquelas que concordam veementemente com o disposto no documento até a discordância total. E não poderia ser diferente, pois se trata de uma temática delicada e controversa. Talvez existam tantas formas de educação de crianças e adolescentes quanto adultos responsáveis por essa tarefa.

O modo como os adultos lidam com crianças e adolescentes está baseado em questões de sua própria experiência e do contexto no qual estão inseridos. Assim, há uma forte questão cultural implicada na maneira como se educam crianças e adolescentes. Palmadas, chineladas e castigos fazem parte das estratégias de educação utilizadas historicamente por muitos cuidadores. O próprio texto inicial do Projeto de Lei indica que a aceitação do uso moderado de violência contra esses grupos vincula-se a fatores culturais. Caso a proposta venha a ser aprovada, tal cultura deverá ser modificada. Assim, a tarefa dos cuidadores consistirá em fazer com que crianças e adolescen-



tes sejam obedientes sem a utilização de qualquer tipo de punição física e/ou castigo.

Nesse ponto, é importante ressaltar a necessidade de estratégias de conscientização de adultos para a possibilidade de outras formas de educação. Formas essas baseadas no diálogo, como prevê o Projeto de Lei. À primeira vista, pode parecer tarefa difícil. Porém, cabe aos cuidadores estarem dispostos à mudança. Crianças e adolescentes têm capacidade de entender o que lhes é dito, desde que isso seja adaptado ao seu nível de entendimento. De nada adiantaria um adulto listar diversas razões para a proibição de um comportamento, por exemplo, se isso não for feito com linguagem e exemplos que façam sentido a quem está ouvindo. Além disso, estratégias de reforço a comportamentos considerados adequados, como elogios, recompensas e até mesmo algo que a criança ou o adolescente deseje, costumam ser eficazes no processo de educação e monitoramento. Em lugar de focar o erro, o que é negativo, reforçam-se os comportamentos positivos, tornando-os mais frequentes.

Talvez o grande avanço do Projeto (e seu desafio maior) seja propiciar e incentivar atividades de conscientização à sociedade acerca das formas de educação não baseadas em punições físicas e/ou castigos. Mas somente a utilização de medidas perante o descumprimento da lei – tais como o encaminhamento a programas de proteção à família e

o tratamento psicológico ou psiquiátrico – não será suficiente, tampouco solucionará o problema da utilização de violência moderada contra crianças e adolescentes. O trabalho de conscientização será fundamental para que essa lei não se torne utópica.

O papel dos cuidadores, sejam eles pais, mães, professores ou qualquer adulto responsável, é proteger a criança ou o adolescente, além de instruí-lo sobre como deve se comportar. Devem monitorá-lo para que se porte de forma adequada. Não se pode deixá-lo sem monitoramento, pois precisa de parâmetros. Assim, se os cuidadores estiverem sempre por perto, zelando e instruindo, permitindo que explore seus ambientes com acompanhamento e cuidado, medidas de punição talvez não sejam necessárias. Se alguém estiver por perto orientando, cuidando e dialogando, saberá que possui limites e aprenderá a respeitá-los.

Os adultos são referência de conduta, especialmente para a criança. São modelos, padrões que tendem a ser seguidos. Se continuar recebendo força física como forma de resposta a suas ações, aprenderá a lidar com situações de suas vidas de forma violenta. É necessário romper esse ciclo, no qual, geração após geração, se aprende que palmadas e chineladas são eficazes. Não se pode afirmar que o diálogo seja ineficaz sem antes tentar utilizá-lo, respeitando as especificidades das etapas de desenvolvimento infantil e adolescente.

É claro que essa proposta não é a solução “milagrosa” de todos os problemas com o manejo de crianças e adolescentes. O projeto discute apenas a utilização de punições corporais e castigos. Existem outros tipos de condutas, entre eles os xingamentos e ameaças. Tais formas de punição podem ser tão ou mais prejudiciais que punições corporais e castigos, culminando, muitas vezes, em outra forma de violência: a psicológica. Deve-se refletir constantemente sobre as práticas que são utilizadas, analisando a relação custo-benefício. Às vezes, o diálogo pode parecer menos eficaz e mais trabalhoso, mas, em longo prazo, os resultados poderão ser melhores.

O Projeto de Lei n.º 2.654/03 pode ser considerado um primeiro passo rumo à conscientização da sociedade, perante a necessidade de se repensar o que vem sendo utilizado como estratégia de educação de crianças e adolescentes. Todas as propostas que visam à discussão e ao melhoramento da forma como eles são educados por seus pais, professores e cuidadores em geral devem ser recebidas como importantes contribuições para o avanço de sociedade no intuito de torná-la cada vez mais humana.

* Psicólogo, mestrando em Psicologia da UFRGS - Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua)

Monitoramento da vegetação natural nos biomas brasileiros

Heinrich Hasenack*

Em fevereiro de 2008, o Ministério do Meio Ambiente iniciou o projeto Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, com o objetivo de “fortalecer a proteção dos biomas brasileiros além da Amazônia, ...quantificar as mudanças na cobertura vegetal e permitir que os resultados sejam utilizados para ações de controle do desmatamento, incluindo ações de fiscalização”.

O desmatamento da Amazônia vem sendo acompanhado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde 1998, mas é a partir de 2002 que os dados passaram a ser gerados de forma sistemática por classificação digital de imagens para a Amazônia Legal pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes). Esse monitoramento é feito anualmente, identificando-se as áreas em que houve supressão da cobertura vegetal natural.

Com o mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros lançado em 2007, mas rea-

lizado com base em imagens de satélite do ano de 2002, foi possível, para esse ano-base, identificar as áreas cobertas por vegetação natural em todo o território nacional. Usando a metodologia do Prodes, o Ministério do Meio Ambiente gerou para cada Bioma um mapa com duas classes: cobertura natural e uso antrópico. Esse mapa foi, então, comparado com o mapeamento de 2002, também reclassificado para conter apenas essas duas classes, o que permitiu identificar as áreas que tiveram a cobertura vegetal natural removida e substituída por algum uso antrópico nesse período.

A ideia de monitorar a supressão de vegetação natural é excelente e sua execução, uma demanda antiga. Apesar da rápida transformação do território, seja pela expansão das áreas urbanas ou da fronteira agrícola, a última avaliação disponível sobre o estado da vegetação brasileira antes de 2002 havia sido feita no final da década de 1970. Os dados sobre a cobertura vegetal do Bioma Pampa de 2002, utilizados como base de com-

para o ano de 2008, foram produzidos pelo Laboratório de Geoprocessamento do Centro de Ecologia da UFRGS. O monitoramento bianual permitirá não apenas avaliar a área que teve sua vegetação natural removida, como também identificar onde essa perda ocorreu. Com metodologia clara e de acesso público, esses dados poderão ser úteis na tomada de decisões tanto pelos órgãos governamentais quanto pela iniciativa privada, inclusive facilitando o diálogo entre os vários atores, pois terão os mesmos dados à sua disposição.

Entretanto, o uso do termo desmatamento como sinônimo de supressão da vegetação natural, inclusive no título do projeto, foi infeliz e pode dar margem a uma interpretação equivocada de que o campo nativo é fruto do desmatamento. A cobertura vegetal campestre, predominante no Bioma Pampa e também presente nos demais biomas, é uma cobertura vegetal natural cuja importância não deveria ser medida pelo tamanho ou volume da vegetação e, sim, pela biodiversidade própria

de cada ambiente. Conhecer essa diversidade e acompanhar o estado de sua conservação é mais um passo visando ao uso sustentável dos recursos.

* Professor do Departamento de Ecologia da UFRGS

Referências:
<http://www.scribd.com/doc/28920251/Monitoramento-do-Desmatamento-dos-Biomas-Brasileiros-CSR-Ibama>

<http://www.obt.inpe.br/prodes/>

<http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo>

http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/ecoqua/O_Futuro_dos_Campos.html



Internato da bola pelo sucesso

Futebol

Como os jogadores tornaram-se figuras da sociedade do espetáculo

Caroline da Silva

Sucesso, dinheiro, fama, mulheres. São as palavras mais usadas quando o assunto é jogador de futebol. O “caso Bruno”, como ficou conhecido o episódio do desaparecimento da garota que dizia ter tido um filho do ex-goleiro do Flamengo, lançou luz a um tema que já preocupava pesquisadores e assistentes sociais: atletas do gramado sendo cultuados como celebridades.

O antropólogo e professor da UFRGS Arlei Damo, que estuda o esporte há algum tempo, avalia que “não apenas em razão do tratamento dado aos artistas e aos jogadores, mas por diversos outros aspectos, existem muitos pontos em comum entre a Indústria Cultural e a Esportiva”. Segundo o docente, ambas lidam com a produção e o consumo de bens simbólicos: “Dado que a fronteira entre a ficção e a vida real é embaçada, muita coisa da esfera privada é tornada notícia, produzida e consumida como mercadoria, às vezes com o mesmo interesse que a ficção (ou o jogo, para o caso dos jogadores)”.

Construção do mito – Os atletas, protagonistas de um espetáculo televisionado ao qual 40 mil espectadores também aplaudem ao vivo, donos de contratos milionários, tornam-se alvo de fetiches culturais. No entanto, o professor de História Cesar Guazzelli, apaixonado pelo tema, afirma que “desde os anos 1930 já existe esse tipo de culto ao jogador de futebol como se fosse um astro”. Entretanto, não é possível identificar o rito da celebridade antes desse período por não haver fontes jornalísticas – os cronistas esportivos surgem na década de 30. “Aqui tinha o Tesourinha e outros [jogadores], mas só a partir dos anos 1930/40”, exemplifica o pesquisador.

Isso é compreensível porque o esporte se torna profissional a partir desse momento, assim como a visão de que a mistura racial brasileira é positiva. “Aí surgem os grandes ídolos, como o Leônidas da Silva. Diamante Negro marcou [época]. Ele foi chamado assim



Juliano Fogaça (20) e Douglas Souza (18), das categorias de base do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, residem no próprio estádio do clube

e talvez tenha sido o primeiro cara a ter seu nome ligado a um produto, o chocolate. Tem toda uma série de analogias que vão sendo feitas: o jogador é considerado tão precioso quanto um diamante e depois se torna, ele próprio, representante de uma cadeia de produtos”, narra Guazzelli.

Fator mercado – Para Arlei Damo, há muita dificuldade de se demarcarem as fronteiras entre o público e o privado. “Os jogadores aqui são uma espécie de referência em termos de masculinidade (de certo tipo, bem entendido), de sucesso no plano profissional (quantos meninos tentam e não conseguem ser profissionais da bola?) e econômico (muitos saem da miséria para a riqueza)”. A hipótese da onipotência decorre exatamente desses três fatores.

Depois da fama, da divulgação do nome (em função do talento), surgem as chamadas “maria-chuteiras”. Os meninos, que crescem em alojamentos de clubes, em sua maioria se



Estátua do ídolo colorado Tesourinha, que participou do chamado Rolo Compressor na década de 1940. O primeiro a surgir por aqui e a se transferir de clube por um valor considerado altíssimo.

casam cedo em função da carência que sentem durante sua trajetória nas categorias de base. Mas, ao alcançar relativa projeção, sofrem com o assédio de mulheres “quase profissionais”, que sabem da remuneração que certos jogadores alcançam. Guazzelli considera que a trajetória de um astro

desse – como são denominados – deveria ser acompanhada por certo tipo de proteção. “Ao contrário, tem uma série de pessoas que ficam extorquindo, parasitando o craque”, lamenta. Assim, meninos-homens migram para as farras, noitadas regadas a drogas lícitas e ilícitas e sexo, que mais frequentemente podem ser acompanhadas por um jornalismo que não é só o conhecido como de fofoca.

O professor de História explica que, numa sociedade que exige que tu te apresentes, que frequentes os jornais, é normal os jogadores já famosos não quererem comparecer a eventos com suas desconhecidas namoradas de infância: “Tu vai aparecer com a Adriane Galisteu, sei lá eu quem. Tem que aparecer com alguém que também esteja compatível. É um jogo muito complicado de lidar, muito cruel”. Dessa forma, a mulher “conquistada” também é sinônimo de carreira bem-sucedida, mais um troféu, como os carrões e as mansões. “Agora, se isso começa a te criar problema, qual é a

solução? As soluções vão estar baseadas no que tu achas que pode comprar – e isso não é uma condição exclusiva do jogador de futebol.”

Questão de cidadania – Na visão de Guazzelli, “é óbvio que, se pegar um sujeito desestruturado e der a ele um poder econômico desmedido, sem nenhum limite e sem ninguém que sirva de apoio, no sentido de transformar a personalidade”, problemas como os citados acima podem ocorrer. Ele diz que o sujeito não precisa estudar, mas que ao menos saiba do seu papel social. “Um exemplo muito usado: o esporte é capaz de tirar as pessoas da rua. Essa é a ideia de que, se todo mundo jogar futebol, não vai ter tempo de ser trombadinha; se todo mundo jogar futebol, vai ser feliz e contente.” O professor diz que o jogador de futebol tem esse papel de divulgar a cultura física e os valores maiores. E isso funciona para alguns poucos jogadores que têm esse tipo de consciência. “Montam escolinhas, promovem ONGs, mas normalmente essas pessoas já vêm de uma camada mais diferenciada”, avalia.

De meninos a mercadorias

A redundância sobre fama e dinheiro é inevitável, já que foram esses os interesses ouvidos dentro do alojamento do estádio Olímpico, na capital (ali vivem os 70 atletas de ponta, de 12 a 20 anos). O rapaz da foto, sentado na cama, se chama Juliano Fogaça, tem 20 anos e é de Santa Cruz. Saiu de casa aos 13 para jogar no Juventude. Depois, passou pelo Internacional e agora está nos juniores do Grêmio. O outro garoto, deitado, é Douglas Souza, tem 18 anos, é de Alpinópolis (Minas Gerais). Veio para o clube tricolor em março deste ano, convidado depois de ser observado no campeonato de categorias inferiores, realizado no município gaúcho de Santiago. Ambos

começaram no esporte porque gostavam da bola e logo alcançaram destaque em suas cidades. Veem no futebol a possibilidade de ganhar dinheiro para ajudar a família.

Há cinco anos, o Grêmio Foot-ball Porto Alegrense conta com um departamento psicossocial, tendo uma psicóloga, uma estagiária de psicologia, uma assistente social, uma educadora social (estudante de Serviço Social) e também duas nutricionistas. Os atletas alojados são de responsabilidade do clube. Para aqueles entre 12 e 18 anos, a escola é obrigatória pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O departamento os matricula e acompanha o desenvolvimento

escolar durante todo o ano. Também marcam e os acompanham em consultas médicas, quando feitas em especialidades que o Grêmio não oferece. Além disso, os atletas dispõem de convênio médico.

A psicóloga Jacqueline Volino disse que são promovidos passeios culturais, sessões de cinema, teatro e passeios turísticos. Ela trabalha elementos como motivação, atenção, concentração, rendimento. Por isso, o departamento com foco nas categorias de base é transdisciplinar: “Porque nós entendemos que esse ser humano em formação não está em formação só esportiva, mas em formação social e psicológica. Nessa idade, vai

desenvolver o caráter, as relações humanas; e nós estamos responsáveis por ele”.

Assistente social que implantou o serviço social no Sport Club Internacional de 1997 a 1999, Maria Luiza Bitencourt alerta para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e das normas trabalhistas ao futebol. Ela realizou pesquisa sobre o tema e adverte para a prática de encarar jogadores como produtos. Segundo Malu, o papel do assistente social está em contribuir para a formação desse indivíduo que, antes de jogador de futebol, é um cidadão. Segundo a assessoria de imprensa do Inter, o clube hoje tem duas assistentes sociais atuando na base e no grupo profissional.



Exame de olhos no celular

Tecnologia

Pesquisador da UFRGS desenvolve dispositivo acoplado a telefone móvel que detecta problemas de visão

Jacira Cabral da Silveira

A África e o interior da Índia e do Brasil sofrem com a falta de oftalmologistas, principalmente em pequenas cidades. Como os equipamentos profissionais chegam a esses lugares com um preço muito alto, o teste oftalmológico pelo usuário acaba se tornando oneroso e raro. Mas um novo sistema que calcula a prescrição necessária para corrigir problemas como miopia, hipermetropia e astigmatismo, desenvolvido por um jovem cientista brasileiro, pode ajudar a mudar essa realidade.

Vitor Pamplona faz doutorado sanduíche entre o Instituto de Informática da UFRGS (INF) e o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e tem como orientador o professor Manuel Menezes de Oliveira Neto (INF/UFRGS), além do professor Ramesh Raskar e do pós-doc Ankit Mohan, ambos do MIT. Ele é o responsável pela criação do dispositivo: “O *gadget* permitirá que habitantes locais tornem-se provedores de saúde, comprando o dispositivo e participando de alguns treinamentos”.

Acoplado ao celular, o aparelho é de fácil manuseio, podendo ser usado por todos. Direto dos Estados Unidos, Pamplona respondeu às perguntas da reportagem do Jornal da Universidade.

Jornal da Universidade – De onde surgiu a ideia de criar o *gadget*?

Vitor Pamplona – A ideia se desenvolveu de uma observação do Ramesh Raskar, meu professor aqui do MIT Media Lab num outro projeto, chamado Bokode, que trata de um código de barras bem pequeno. Quem tem, por exemplo, miopia não consegue ver o código de barras sem óculos. Quando eu e o Manuel, meu professor da UFRGS, chegamos ao MIT, já tínhamos interesse em trabalhar com a fisiologia do olho humano e a percepção humana. A observação do Ramesh acabou rendendo um bom trabalho. Finalizamos os primeiros testes em janeiro, quando submetemos o

artigo científico ao SIGGRAPH – a conferência mais respeitada do mundo na área de computação gráfica e interfaces digitais. O artigo foi aceito e apresentado em julho em Los Angeles. A partir de fevereiro, trabalhamos para melhorar o dispositivo e torná-lo mais estável, explorando a teoria desenvolvida para tentar diagnosticar outras doenças do olho humano. Em maio, inscrevemos o projeto no MIT Ideas, competição voltada ao serviço público e ao impacto social, conquistando o equivalente ao segundo lugar e um investimento de US\$ 5 mil. Os próximos passos são os testes clínicos lado a lado com os equipamentos oftalmológicos profissionais. O objetivo é determinar onde o nosso dispositivo funciona em 100% dos casos e mapear os casos em que o dispositivo não funciona. Como é um equipamento médico, é mais importante mapear os casos de falha do que os de sucesso.

JU – O que é o aparelho e como ele funciona?

VP – O Netra é um conjunto de lentes que, acoplado ao display de um celular, transforma-o numa ferramenta optométrica. Uma vez acoplado, basta executar o aplicativo e seguir os passos. O equipamento é capaz de fazer um teste de refração (detecta miopia, hipermetropia e astigmatismo) em menos de 2 minutos. O dispositivo funciona projetando padrões na retina do paciente. No atual protótipo, o celular projeta duas linhas em diferentes ângulos, e a tarefa do usuário é movê-las até que se sobreponham. Se a visão for perfeita, as linhas já estarão sobrepostas e ele não precisará fazer nada. Em casos de miopia, astigmatismo ou hipermetropia, as linhas estarão separadas. O número de pixels requeridos para o alinhamento revela o grau que o usuário precisa em seus óculos. O Netra é como um termômetro para os olhos. Da mesma maneira que esse equipamento apenas mede a temperatura do corpo e não prescreve medicamentos, o dispositivo faz um teste de refração e não prescreve lentes.

O pós-doutor associado Ankit Mohan demonstra o funcionamento do Netra (Near-Eye Tool for Refractive Assessment)



ANDY RYAN, DIVULGAÇÃO

JU – De que forma o usuário vai operá-lo e qual o custo para o consumidor?

VP – Basicamente o usuário precisa saber acoplá-lo e desacoplá-lo e realizar os alinhamentos do teste. Quanto ao seu custo, nós o produzimos por US\$ 2. Acreditamos que esse custo diminui para R\$ 0,25 com a produção em massa. Depois disso, é só adicionar os custos de transporte, estoque e vendas, e você tem o preço final. Estimamos que fique em torno de US\$ 3. Mas o *gadget* requer um display de alta resolução, disponível por enquanto apenas em celulares do tipo Smartphone.

JU – Ele atenderá a qual demanda?

VP – As pessoas poderão fazer o teste na farmácia, no posto de saúde, numa clínica ou até mesmo em casa. Em países em desenvolvimento, o dispositivo ajudará como uma ferramenta a mais para os médicos. Já nos desenvolvidos, o

gadget será visto como uma forma rápida de apontar a necessidade de ir ao médico ou não. PerfectSight é nome do braço comercial do projeto, pelo qual se pretende vender o equipamento no mundo todo. No entanto, ainda estamos apenas no início da comercialização. Como é um dispositivo médico, precisamos cumprir várias exigências e conseguir vários certificados, que mudam de país para país.

JU – Que impacto ele terá entre os profissionais da área óptica?

VP – Já está tendo um grande impacto. Vários pesquisadores demonstraram interesse em monitorar a variação da prescrição. Hoje, os equipamentos são muito caros para que as pessoas possam ter em casa, e pedir ao paciente que vá regularmente à clínica para monitorar a performance de sua visão é inviável.

JU – Quais as vantagens do dispositivo?

VP – Nós temos uma tabela no site

(<http://media.mit.edu/~pamplona/NETRA/>) mostrando as diferenças entre o nosso aparelho e o que se usa hoje na oftalmologia, mas, basicamente: pode-se fazer o teste em qualquer momento, sem a necessidade de um especialista treinado. Se o resultado for diferente da prescrição atual, o usuário deverá consultar o oftalmologista. O Netra substitui a tarefa de identificar regiões borradas, como nos testes com aquelas letras na parede, por uma tarefa de alinhamento. Nós, humanos, somos muito melhores em alinhar do que em distinguir borrões. Portanto, a técnica é mais fácil de ser realizada, melhorando a acurácia do dispositivo; a teoria é muito semelhante àquela usada nos autorrefratores e em outras soluções oftalmológicas caras, no entanto, a implementação é consideravelmente mais barata, mais portátil e mais segura que outros métodos. Não usamos laser, não precisamos calibrar o equipamento antes do uso, e o custo de manutenção é quase zero.

Dois pontos

SOBRE LOCUÇÕES

As locuções comentadas aqui não raro são usadas equivocadamente. Um complicador pode ser a sua semelhança gráfica, semântica ou fonética. A consciência das diferenças – e das semelhanças – nos permite, entretanto, maior repertório e um uso mais preciso.

À medida que, na medida em que

À medida que (e não *à medida em que*) equivale a *à proporção que*, ao mesmo tempo que, conforme. [Os acidentes aumentam *à medida que* cresce o número de automóveis.]

Na medida em que corresponde a tendo em vista que. [Na medida em que os candidatos eram muito qualificados, foi difícil o processo

de seleção.]

Quando a locução *na medida em que* puder ser substituída por *se*, uma vez que, porque ou desde que, use uma dessas formas. [O pacto só será possível *se* (e não *na medida em que*) os países concordarem com a proposta. O projeto de intercâmbio é bom *porque* (e não *na medida em que*) abre perspectivas de pesquisa.]

Ao invés de, em vez de

Ao invés de expressa apenas situação contrária, oposição, com o significado de ao contrário de. [Ao invés de entrar, saiu. Ao invés de poupar, gastou tudo o que lhe restava.]

A locução *em vez de* pode ser usada nos casos de substituição e oposição. Pelo que se conclui ser a forma *em vez de* menos sujeita a

equivocos. [O casal viajou de carro em vez de avião.] Neste exemplo não há oposição, mas substituição.]

Sugestão: economize o “ao invés de”. Primeiro, porque é uma locução estilisticamente ruim; segundo, porque, devido ao significado, tem uso restrito. Substitua-a por “em vez de” ou “no lugar de”.

DOIS-PONTOS

São usados, principalmente,
– nas citações, com verbo expresso ou oculto [Após reunião com o presidente, o ministro do Trabalho prometeu: a recessão está no fim.];
– nas enumerações [O deputado fez duas ameaças: denunciar o acordo e romper com o

governo.];

– nas exemplificações, informações subsidiárias, esclarecimentos, sínteses ou consequências do que foi enunciado: [Prognóstico do novo técnico: em quatro rodadas, sairemos dessa situação. Todos sabem: agora é a hora de reagir. Após dez anos, mulher não desiste: acha que o marido está vivo. Justificou-se: o que pretendia era chamar a atenção para o problema.]

Bem, esta coluna não tem o propósito de ser prescritiva, mas de apresentar algumas questões para o aprimoramento linguístico e a reflexão sobre os usos da língua. Nesse sentido, estamos abertos a colaborações e sugestões.

Antônio Falcetta, revisor de textos



Interesses conciliados

Pós-graduação
Portaria da Capes que permite o trabalho de bolsistas abre perspectivas para aumento do número de matrículas

Ania Chala

Em julho, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) publicaram a Portaria Conjunta n.º 1, que trata do acúmulo de bolsas com rendimentos de atividades remuneradas.

Em entrevista publicada no site da SBPC, o presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, justificou a adoção da medida: “O acúmulo de bolsa era proibido até assinarmos esta portaria. Todavia, ao longo dos anos, muitas exceções foram sendo feitas, em função de razões que justificavam uma situação de permissão de estudante de pós-graduação com vínculo empregatício de terem a bolsa. Por exemplo, por deslocamento para uma distância muito grande: pessoas com vínculo com uma instituição como a Embrapa, que geralmente está no interior do país, e passam a fazer um curso numa capital. Isso envolve planos de carreira, em especial, porque os salários dos professores na educação básica são muito baixos. Outra excepcionalidade dizia

respeito a estudantes que, por alguma razão, têm possibilidade de atuar como professor numa universidade privada ou pública, ou no ensino médio, e teriam que abrir mão da bolsa para conseguir um vínculo empregatício formal, com carteira assinada”.

O dirigente ressaltou ainda que a mudança é positiva para as instituições, que têm regras para ter um número mínimo de docentes com titulação, e para os estudantes.

Incentivo – Na visão do pró-reitor de Pós-graduação da UFRGS, Aldo Bolten Lucion, a medida deve atrair mais alunos, especialmente em áreas consideradas estratégicas para o país, como as engenharias, a informática e a saúde. “Essas são áreas em que, atualmente, o mercado de trabalho absorve com grande voracidade. Um engenheiro recém-formado e já empregado deparava-se com a incompatibilidade entre o trabalho e uma formação acadêmica mais aprofundada, como o mestrado ou o doutorado, que exigiam dedicação exclusiva. Essa abertura possibilitará um aumento do número de alunos, o que é muito bom para a Universidade e para o sistema de pós-graduação do Brasil como um todo.” Ele diz ainda que a proibição de exercer outras atividades acabava prejudicando áreas estratégicas e em que o sistema de bolsas não conseguia competir em termos de remuneração.

A portaria facilita a dedicação de alunos ao sistema de pós-graduação com outra renda além daquela da bolsa, porque em determinadas áreas o valor das bolsas Capes e CNPq não compete com o mercado de trabalho. “Os graduados ganham muito mais por aí fora. E também não cabe às agências de fomento, mantidas com recursos públicos, tentar competir com o mercado, aumentando o valor das bolsas, pois isso

teria impacto em todas as áreas”, opina. Atualmente, só a Capes dispõe de cerca de 60 mil bolsas em todo o Brasil.

O professor avalia que as universidades brasileiras e as agências de governo têm se empenhado muito em expandir a formação em pós-graduação. “Nosso país ainda necessita avidamente de doutores. É uma falácia dizermos que já temos doutores em número suficiente. Nós precisamos cada vez mais”, diz, acrescentando que considera inadmissível um país das dimensões sociais e econômicas do Brasil ter proporcionalmente tão poucos doutores como temos neste momento.

Lucion reitera que a pós-graduação precisa ter um impacto maior na sociedade, uma vez que representa o mais alto nível de formação acadêmica. “A inteligência do país está ali: as pessoas que são capazes de elaborar novos conhecimentos, novas tecnologias são formadas nesse meio em qualquer lugar do mundo.”

Formação docente – Conforme a Portaria Capes-CNPq, “os referidos bolsistas poderão exercer atividade remunerada especialmente quando se tratar de docência, como professor nos ensinos de qualquer grau”.

Mas o acúmulo de bolsa e remuneração salarial não se restringe às atividades docentes, desde que devidamente autorizada pelo orientador e com ciência do coordenador do curso. Isso implica que essas atividades não devem prejudicar a formação principal que o aluno está desenvolvendo. De acordo com o artigo 4.º do documento, “a concessão não exige o bolsista de cumprir com as suas obrigações junto ao curso de pós-graduação e às agências financiadoras, inclusive quanto ao prazo de vigência da bolsa”.

Aldo Lucion explica que a formação docente dos alunos de pós-graduação

Os números das bolsas na UFRGS

Segundo dados da PROPG, em 2009, a Universidade tinha 1.278 bolsas de mestrado e 1.141 de doutorado, o que contabiliza um total de 2.419 bolsistas (entre Capes e CNPq). Conforme salienta o pró-reitor Aldo Bolten Lucion, esse não é número total, porque existem bolsas que os pesquisadores ganham individualmente por meio de seus projetos.

No ano passado, conquistaram o grau de mestrado 1.173 alunos, de um total de 4.697 matriculados. No doutorado, foram titulados 620 novos doutores e havia 3.703 matriculados. Na opinião do professor, o que definitivamente estimula o número de

alunos na pós-graduação é a existência de mais orientadores. “Quanto mais orientadores, maior a possibilidade de expansão na formação de novos pesquisadores. Mas isso também requer tempo: um professor que ingressou em 2008 terá formado um aluno de mestrado em dois anos. Se for da área experimental, que exige laboratórios, equipamentos e materiais, até que ele implante o laboratório, há uma demora maior ainda. Por isso, custamos a sentir o impacto desses novos docentes na universidade sobre a titulação de alunos de doutorado. Toda a formação acadêmica de graduação ou pós-graduação requer tempo.”

por meio de programas específicos, que incluem atividades docentes dentro do próprio currículo, já existe há muitos anos. “Mais recentemente, as bolsas do sistema Reuni vieram financiar projetos de alunos que envolvam atividade docente, o que é um aprofundamento maior da inserção da formação dos alunos de pós-graduação como futuros professores. Mas, comparado a todo o sistema de pós-graduação, as bolsas Reuni são restritas”, completa.

Questionado sobre a necessidade de políticas que estimulem a expansão da rede de doutores não apenas nas grandes capitais, mas também no interior do país, o professor lembrou que já existem iniciativas para a redução dessas desigualdades: “Existem assimetrias dentro do sistema de ciência e tecnologia e do sistema de pós-graduação que na verdade refletem as assimetrias econômicas e sociais. A economia do Brasil se localiza essencialmente no litoral e, mais especificamente, nas regiões Sul e Sudeste. Naturalmente, a formação acadêmica e a produção científica também se concentram nessas áreas”.

Lucion acrescenta que o Plano Nacional de Pós-graduação vigente, que compreende o período 2005-2010, já prevê medidas nesse sentido, pois tem como um de seus eixos a busca pelo desenvolvimento de forma mais uniforme da produção científica e da formação acadêmica no Brasil.

Um novo plano nacional já está em elaboração e deverá ser aprovado e divulgado até o final deste ano. Segundo Lucion, possivelmente, a proposta terá seu prazo de vigência estendido para 10 anos.

Solidariedade – Linhas de financiamento e editais das agências de fomento, especialmente da Capes e do CNPq, têm sido criadas com o propósito de reduzir as desigualdades regionais. No entanto, como observa o pró-reitor, a criação de conhecimento e a produção científica não dependem apenas de recursos financeiros. Há outro fator muito importante: o recurso humano. “Observo que se tem procurado alocar professores-pesquisadores em regiões menos desenvolvidas. Grandes universidades como a nossa formam pesquisadores de ponta, acostumados a lidar com as técnicas mais desenvolvidas. Então, formar um doutor com esse nível e depois colocá-lo num centro ou numa universidade com poucos recursos pode gerar muita frustração, e será difícil manter o pesquisador ali”, explica.

Lucion salienta que uma política de redução de assimetrias requer financiamento, alocação de material humano e o estímulo à permanência de docentes nesses locais, mas também não pode prescindir de outro fator que é o tempo. “As agências financeiras têm feito um grande esforço, assim como as universidades têm mantido atividades de solidariedade através de programas interinstitucionais em que seus professores vão para universidades em Rondônia, no Acre e na região Centro-Oeste para desenvolver um microambiente de produção científica e de conhecimento nesses locais. E isso, aqui na UFRGS, nós temos feito na capacidade máxima em que podemos, pois essas atividades são bastante demandantes e requerem um grande esforço por parte dos professores”, conclui.



Alunos de áreas como as engenharias agora podem conciliar a bolsa de mestrado ou doutorado com o trabalho, desde que autorizados pelo orientador e pelo curso de pós-graduação

Especial



Impas ambiental

TEXTO CADU CALDAS
E DIEGO MANDARINO
FOTOS FLÁVIO DUTRA

Legislação

Mudanças no código florestal colocam agricultores e ambientalistas em conflito mais uma vez

“Brasil! Brasil!”, gritou uma parte das pessoas na Câmara dos Deputados, ao que outro coro respondeu “Retrocesso! Retrocesso!”, quando foi aprovado pela Comissão Especial, no dia 6 de julho, o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para reformulação do Código Florestal brasileiro, a lei sobre manejo da terra destinada à preservação ambiental. A votação do projeto ocorrerá após as eleições.

Os pontos mais polêmicos dizem respeito às áreas de Reserva Legal (RL) – o percentual de vegetação nativa que os produtores rurais são obrigados a respeitar em suas propriedades – e às Áreas de Preservação Permanente (APPs) – as faixas de vegetação natural às margens de corpos d’água, encostas e topos de morro. Essas áreas não só diminuíram no projeto apresentado (e, em alguns casos, até desapareceram), como surgiram brechas legais permitindo que sejam totalmente desconsideradas. Propriedades rurais com até 4 módulos fiscais, o que varia de 20 a 440 hectares, dependendo da região, estariam isentas da RL (90% das propriedades do país). O Ministério do Meio Ambiente estimou que a proposta autorizaria o desmatamento de 80 milhões de hectares de vegetação nativa.

Segundo especialistas, os principais objetivos de se manterem reservas em propriedades particulares são: preservar a biodiversidade, assegurar a infiltração de água no solo para recarga dos aquíferos (a infiltração diminui em até dez vezes com a compactação provocada por máquinas agrícolas), abrigar predadores de potenciais pragas e manter a vegetação para diminuir o processo de mudanças climáticas; já a função da APP, além de preservar a biodiversidade, é evitar os deslizamentos de encostas e assoreamento de rios. São os chamados “serviços ambientais”, necessários à própria agropecuária. A

biodiversidade mantém espécies que podem servir de base a medicamentos, cosméticos e fibras naturais, garantindo a possibilidade de novos ganhos econômicos.

Um dos argumentos dos defensores do novo código é o de que o atual já não é respeitado na prática, por inviabilizar economicamente a atividade agrícola, principalmente no caso de pequenos agricultores que dispõem de área muito reduzida, já que as APPs não entram no cálculo da Reserva Legal. No Nordeste, 14 milhões de pequenos agricultores vivem em condição de miséria, com renda média de R\$ 143,00 por mês, o que, para a maioria, é um valor ainda menor, considerando a concentração de terras. Se a lei vigente fosse seguida à risca, mais de 70% do território nacional deveria ser preservado – esse percentual hoje é de menos de 50%, segundo estimativa da Embrapa, o que também pode ser atribuído à falta de estrutura de fiscalização, já que a intervenção só ocorre quando há denúncia. 78% da produção de arroz, por exemplo, especialmente no Rio Grande do Sul, estão em várzeas, que são consideradas APPs pelo atual código. As vinícolas do estado também são tradicionalmente cultivadas em áreas de encosta, assim como as maçãs em Santa Catarina. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), questionou: “O que vai sobrar para a produção se a tendência da cobertura vegetal é aumentar?”

Em carta enviada à Câmara dos Deputados no dia 25 de julho, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) criticaram a proposta: “Não foi feita sob a égide de uma sólida base científica, pelo contrário, a maioria da comunidade científica não foi sequer consultada”. A mesma reclamação já havia sido feita por sete pesquisadores do Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (Biota-Fapesp) em carta enviada à revista Science no dia 16 de julho, em que afirmam que “é possível prever a extinção de mais de 100 mil espécies, uma perda massiva que invalidará qualquer comprometimento com a conservação da biodiversidade”.

Aparentemente, a questão coloca de um lado os ruralistas, favoráveis ao projeto apresentado diante da perspectiva de mais áreas para produção, e de outro os ambientalistas, preocupados com a invasão dos ecossistemas – isso partindo do pressuposto de que a produção agrícola entra em conflito com a preservação.

Para o biólogo Paulo Brack, da Faculdade de Agronomia da UFRGS, no entanto, parte das próprias áreas de RL e APP pode ser usada para o

cultivo de plantas nativas: “Temos um estudo na UFRGS que vamos publicar talvez este ano ainda em que já encontramos 153 espécies de plantas frutíferas nativas do RS que são alimentos para a espécie humana”. Para ele, é uma questão de “trazer para a discussão com os agricultores a agrofloresta; colocar a floresta não como um inimigo, mas como um incremento, um ganho ecológico e econômico para o proprietário”.

A bióloga Luiza Chomenko, da Fundação Zoobotânica do RS, exemplifica: “O pessoal que planta erva-mate na zona de Ilópolis integra essa espécie nativa com a araucária em florestas lindíssimas... produto plantado ambientalmente de forma muito correta e com o mínimo de insumos externos, com qualidade muito melhor, inclusive em termos de saúde e, principalmente, em termos de mercado”.

Na opinião de Brack, a ideia de ver a preservação como empecilho à produção ocorre porque “o setor ambiental da fiscalização atua de forma muito punitiva e, em alguns casos, para pequenos agricultores, isso muitas vezes causa um dano econômico, porque o cara paga uma multa que não tem como pagar. E isso gera uma reação muito forte”. A lei atual, após decreto de 2008, estabelece multa de pelo menos R\$ 5.000,00 para o corte não autorizado de exemplar de mata nativa.

Colocar a floresta não como um inimigo, mas como um incremento, um ganho ecológico e econômico para o proprietário

Paulo Brack, da UFRGS

O pensamento do agrônomo Ivo Lessa, da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), tem uma direção parecida: “Nós temos dois radicalismos: o produtivo e o ambiental. Se existe uma discussão contra o código florestal, ela surgiu a partir de decretos que trouxeram multas muito pesadas, que são mais desapropriativas do que multas. Em cima de uma política punitiva, existe uma reação muito forte”. Para ele, o código carece de critérios técnicos: “A pesquisa teria que estar mais dentro desse processo. Até pela questão da APP: é preciso 10, 15, 20 metros ou quanto? Dependendo do local, 5 vão ser suficientes, dependendo, 200 metros

não vão ser suficientes...” E em relação à proposta: “Pode levar o estado a ter uma situação fundiária regularizada. Nos trouxe uma tranquilidade a redução das APPs em margem de curso de água de 30 para 15 metros. Melhorou, mas não trouxe o que era a expectativa.”

Paulo Brack concorda quanto à necessidade de atualização do código: “No todo, a legislação é muito boa, porém ela precisaria ser adequada, principalmente para o pequeno agricultor, porque ele não tem muita margem; eventualmente nós temos a possibilidade de, em propriedades de até 4 módulos rurais, fazer a contabilização daqueles que têm uma APP muito grande, que não precisariam ter uma RL tão grande [...] Mas a proposta trazida, inclusive, anistia quem desmatou até 2008, e isso é muito perverso, do ponto de vista brasileiro, porque nós sabemos que as leis brasileiras em geral não são cumpridas”.

Um dos pontos comuns no debate da lei é a possibilidade de oferecer incentivos à preservação: “O Estado tem que dar condições para que o proprietário consiga conservar a Reserva Legal; que ele ganhe recursos, incentivos para que mantenha a mata ciliar, ou seja, a redução de juros nos seus empréstimos. Existiria uma série de condições em que o Estado poderia atuar de forma menos punitiva e muito mais propositiva”, afirma Paulo Brack. O agrônomo Ivo Lessa analisa: “O pagamento por benefícios ambientais é extremamente importante para todo mundo. Isso nos tiraria totalmente da discussão”.

Na cidade – “Me parece que está havendo um erro: o Código Florestal está sendo muito discutido só por agricultores, mas ele é um código que atinge a todos, inclusive na área urbana, porque implica ocupação de áreas em que tem APP”, pondera Luiza Chomenko, da Fundação Zoobotânica do RS.

Basta citar a recente polêmica da construção de um empreendimento na área do antigo Estaleiro Só, em Porto Alegre. “A discussão de ser o Guaíba rio ou lago tem a ver com a APP do Código Florestal.” Além disso, há a questão da ocupação de morros e dos recentes desastres naturais, como o deslizamento de encostas em Blumenau, Rio de Janeiro e Pernambuco. “Não é só com pobres; em Angra dos Reis, foram atingidos casarões bonitos em áreas nobres e irregulares”, observa.

A mudança proposta do Código Florestal dá autonomia aos municípios, no sentido de estabelecerem a APP em área urbana consolidada por um plano diretor, o que pode dar margem à regularização de construções em áreas de risco, hoje ilegais.

“A partir do momento em que posso dizer que não preciso conservar uma encosta de morro, real-

80 milhões de hectares poderão ser desmatados, segundo estimativa do Ministério do Meio Ambiente

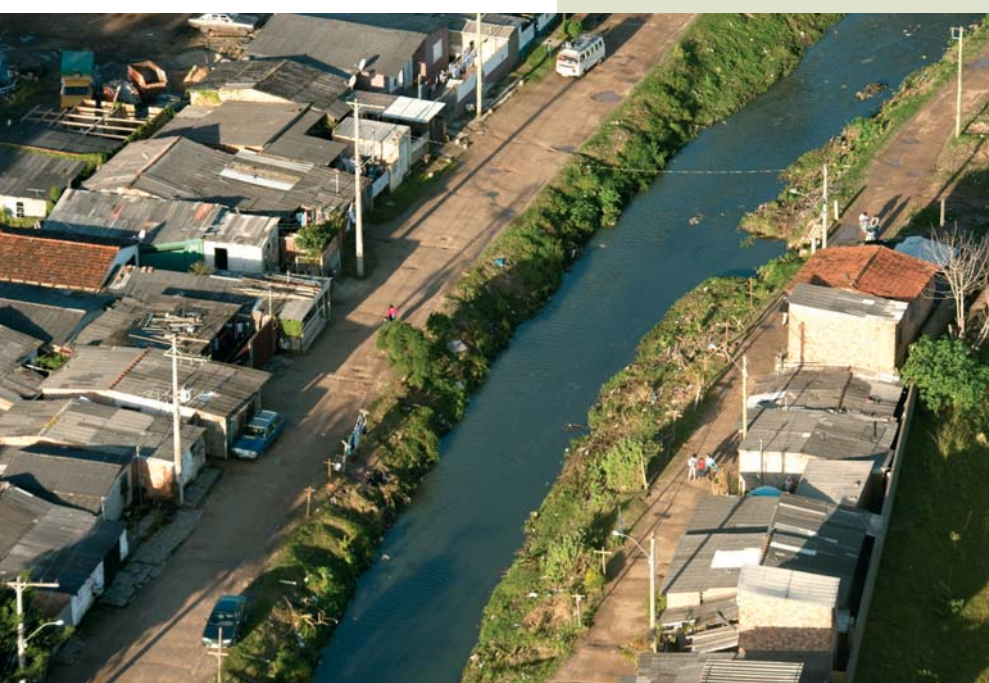


Essencial

ente acho que estou ficando maluca nesse país porque não é possível que eu esteja vendo alguns matados com uma enchente atrás da outra – estamos indo literalmente alguns morros se desmanchando. Aqui no RS toda semana vemos estradas interditadas porque as barreiras estão vindo abaixo – e aí eu digo: “Por que aquilo não tem que ser conservado?”, questiona a ziza.

Regulamentação – O Código Florestal brasileiro existe desde 1935, pelo decreto 23.793 de Getúlio Vargas. O documento já mostrava preocupação com o ambiente ao instituir a classificação das florestas, não permitindo o desmatamento das consideradas “protetoras”, que exerceriam as funções ambientais similares às atuais RL e APP. Pela falta de objetividade do primeiro código, que previa florestas públicas, e seu descumprimento crônico, o projeto de uma nova lei foi encaminhado ao Congresso pelo presidente Getúlio Vargas em 1950. Mas a proposta só veio a ser analisada em 1962, com a formação de um grupo de trabalho. O resultado foi o atual Código Florestal, a Lei 4.771, de 1965, aprovada no início da ditadura.

No entanto, o código sofreu várias alterações por decretos e leis desde os anos 70. Em 1989, foi instituída a faixa atual mínima de 30 metros para APP de curso de água (antes eram 5 metros). Somente em 2001 foram instituídos, por medida provisória, os atuais percentuais de Reserva Legal – que antes eram de 20% em todos os biomas, com exceção da Amazônia, para a qual já eram previstos 80% desde 1996.



Pomo da discórdia

Confira os pontos mais polêmicos do relatório apresentado:

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

ANTES

A legislação atual protege no mínimo 30 metros de extensão, a partir das margens de rios, encostas íngremes, topos de morros e restingas. Quem desmatou é obrigado a recompor as matas.

DEPOIS

Libera-se o desmatamento para plantio ou criação de gado, desde que prove que não haverá impacto ambiental. A faixa mínima de proteção nas beiras de rios será reduzida para 15 metros. Topos de morro e áreas acima de 1.800 metros deixam de ser protegidas. As demais áreas, mesmo formalmente protegidas, poderão ser ocupadas por plantações, pastagens ou construções, caso tenham sido desmatadas até 2008 e sejam consideradas “áreas consolidadas”.

RESERVA LEGAL

ANTES

A lei impõe um mínimo de vegetação nativa em todas as propriedades: de 20% do tamanho dos imóveis situados em áreas de Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampas; na Amazônia Legal, 35% nas áreas de Cerrado e 80% nas de floresta. Quem não tem a área preservada precisa recuperar espécies nativas ou compensar a falta de reserva no imóvel com o arrendamento de outra área preservada situada na mesma bacia hidrográfica.

DEPOIS

Com a nova proposta, as propriedades com até quatro módulos fiscais (20 a 440 hectares, dependendo da região do país) estão dispensadas da RL. Nas demais propriedades, será preciso recuperar a vegetação, mas o cálculo não será feito com base na área total do imóvel: a base de cálculo é a área que excede quatro módulos fiscais. Além disso, as compensações poderão ser feitas com áreas situadas a milhares de quilômetros da propriedade, desde que no mesmo bioma. O proprietário terá também a opção de fazer a compensação em dinheiro, com doação a um fundo para regularização de unidades de conservação.

Ocupações irregulares no meio urbano, como esta situada na zona Sul de Porto Alegre, poderão ser autorizadas, caso o novo Código Florestal brasileiro entre em vigor com a atual redação

Lei mal concebida

Uma das críticas ao atual código são as alterações profundas que sofreu, muitas delas sem passarem pelo Congresso, por decretos e medidas provisórias, especialmente a de 2001.

Até hoje, mais de 40 projetos de lei foram encaminhados com propostas de mudança ao Código Florestal. Onze destes foram condensados em um só documento, o PL 1.876/99, que foi analisado por comissão especial, tendo o relatório final apresentado pelo deputado Aldo Rebelo. No entanto, se o código vigente gera problemas de interpretação, o novo também pode dar margem a muitas leituras.

No atual, de 1965, a questão da Reserva Legal na Amazônia continua imprecisa. O artigo 15 diz que é “proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica” e que o Poder Público deve estabelecer planos técnicos de manejo; já o artigo 16 determina, no inciso I, que a Reserva Legal na Amazônia é de 80% da área da propriedade, mas, no parágrafo 5.º, diz que, a partir de um mapeamento feito pelo governo federal, esse percentual pode cair para 50%.

Na proposta do novo código, propriedades com até 4 módulos rurais ficam isentas de manter a Reserva Legal. O problema é a ambiguidade do parágrafo 1.º do artigo 14: “A Reserva Legal exigida no caput observará os seguintes percentuais mínimos em relação à área no imóvel que exceder a quatro módulos fiscais”. Essa frase permite duas interpretações. A primeira é a de que, em todos os imóveis com mais de quatro módulos, o percentual é relativo à sua área total; a segunda é a de que o percentual refere-se apenas à área que excede 4 módulos em qualquer propriedade – isso quer dizer que uma propriedade de 5 módulos precisaria observar o percentual de Reserva Legal sobre apenas um dos módulos, e não sobre a totalidade dos 5 módulos, pois 4 seriam subtraídos da contagem.

Anistia – Outro problema é a questão da anistia a quem desmatou ilegalmente até 2008 qualquer área de preservação. Na redação dada pelos artigos 24 e 27, esses proprietários estariam dispensados não só de multas, mas de recompor a mata nativa, mesmo nos casos em



Com as mudanças propostas, cerca de 90% das propriedades estariam isentas de manter a Reserva Legal

Conflitos em um país gigante

Devido à grande extensão territorial brasileira, especialistas se dividem quanto às características do novo código. Para alguns, as mudanças deveriam levar em consideração os macrobiomas brasileiros – Amazônia Brasileira, Brasil Tropical Atlântico, Cerrados do Brasil Central, Planalto das Araucárias e Pradarias Mistas do Brasil Subtropical – e seus numerosos minibiomas, em um esforço conjunto entre federação, estados e municípios. Ao determinar, por exemplo, a reserva de 20% na área da Mata Atlântica e 80% na Amazônia Legal, a legislação cria disparidades enormes.

No Rio Grande do Sul, as mais de 600 mil propriedades não possuem o estoque necessário para cumprir a exigência, ficando na ilegalidade. Na outra ponta, o Amazonas, embora possua uma área mais de seis vezes maior que a do nosso estado, tem menos de 10% do número de propriedades, ou seja, pouco mais de 50 mil, e possui 98% do seu território coberto por vegetação nativa, de tal forma que é mais fácil o Amazonas cumprir a exigência de 80% do que o RS alcançar a meta de 20%. “Ao estabelecer uma norma geral sem que se permitisse a cada estado en-

O pessoal vem predisposto a não dialogar. E vamos a essas reuniões predispostos a não ouvir

Ivo Lessa, da Farsul

contrar solução adequada às condições de ocupação do território de estrutura da propriedade da terra, a legislação tornou impossível seu cumprimento”, argumentou Aldo Rebelo no parecer apresentado. Segundo ele, os seguintes decretos presidenciais adiando a entrada em vigor de alguns de seus dispositivos “constituem evidência de que essas normas entraram em conflito com a diversidade, as desigualdades e os desequilíbrios do país”.

“Eu não leio no Código Florestal o aumento no nível do desmatamento. Quem lê assim, pensa apenas na floresta amazônica. Claro, quando se reduz a APP, abre-se um espaço. Não consigo comparar o nosso estado com

O Código Florestal está sendo muito discutido só por agricultores, mas ele é um código que atinge a todos, inclusive na área urbana

Luiza Chomenko, da FZB-RS

que o desmatamento tenha sido feito até a beira de um rio, por exemplo. Essa situação permaneceria até a realização de um Programa de Regularização Fundiária (PRA) pelo governo no local, sendo que o PRA poderia, inclusive, conforme o parágrafo 3.º do art. 24, “eximir áreas rurais consolidadas das medidas previstas para recuperação de Áreas de Preservação Permanente”.

Tais artigos tornam problemáticas as estimativas de áreas que seriam desmatadas ou a projeção de rendimentos econômicos e da situação legal das propriedades, caso a proposta seja aprovada.

a Amazônia. Diria que, de 15 metros no RS para 30 metros, tu vais recuperar área. Se tu disseses que tem que ter 30 metros, tu vais brigar, e o pessoal não vai fazer. Se forem 15 metros ou até 7,5 metros, vai funcionar, porque o pessoal vai respeitar. Precisamos de um código feito com critérios técnicos que levem em conta as diferenças regionais”, acrescenta Ivo Lessa.

Por outro lado, há os que argumentam que os governos locais estariam mais vulneráveis ao jogo de forças de interesses comerciais e que uma fiscalização em nível federal poderia ser uma solução a esse problema. Para Paulo Brack, as APPs poderiam ter uma redução ou até um aumento dentro de estudos mais profundos no código atual, mas jamais passar para os municípios a adequação das regras. “Não tem gente qualificada, o licenciamento municipal está sendo terceirizado, e isso é um absurdo; deve haver um estudo mais aprofundado no âmbito do estado para definir se a APP pode ser mais ampla ou até menor, dentro de uma normativa com pessoas com alto conhecimento, com universidade e centros de estudos envolvidos e com o agricultor como parceiro”, analisa.

Casamento colorido

Comportamento
Argentina é o primeiro país sul-americano a legalizar o matrimônio civil entre pessoas do mesmo sexo

No último dia 31, Giorgio Nocentini e Jaime Zapata protagonizaram o primeiro casamento civil homossexual desde que a Argentina alterou o seu Código Civil. Dez dias antes, a presidente Cristina Kirchner sancionou a Lei n.º 26.618, permitindo que casais do mesmo sexo se casem em qualquer cartório do país. Além disso, a nova legislação oficializou a conquista de direitos civis que até então eram exclusivos da população heterossexual, como a adoção.

Nossos vizinhos foram a primeira nação da América do Sul (de forte maioria cristã) a legislar sobre a questão. De acordo com organizações da comunidade gay local, ao menos 257 casais homossexuais de países latino-americanos e europeus estão consultando a possibilidade de se casarem em solo argentino. Fora os estrangeiros, mais de cem casais argentinos do mesmo sexo deverão oficializar suas uniões a partir de agosto.

Cidadania ampliada - Fernando Seffner, historiador, geólogo e professor da Faculdade de Educação da UFRGS, comemora a nova lei argentina: "A decisão é ótima, memorável e vem a partir de conquistas menores no âmbito da legislação das províncias [equivalentes aos estados brasileiros]". Segundo ele, foram necessárias décadas de militância social e política até que a legalização do matrimônio gay fosse concretizada.

A Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans, por exemplo, realizou uma campanha intensa para estimular os homossexuais a irem aos cartórios para se casar. Após serem comunicados de que isso era legalmente impossível, eles entraram com processos, declarando a inconstitucionalidade das leis. A estratégia deu certo: muitos juízes foram favoráveis a essas ações e, em questão de meses, dezoito pessoas se casaram. Foi o caso de um casal de lésbicas que formalizou a união em abril. Ramona Arévalo e Norma Castillo já viviam juntas há três décadas quando a decisão judicial oficializou sua relação.

De certa forma, é compreensível que a regulamentação de assunto tão



O governo da presidente Cristina Kirchner tem abordado corajosamente questões que ainda são consideradas tabus entre os latino-americanos

polêmico tenha ocorrido durante o mandato de Cristina Kirchner. Seu governo está sendo marcado por abordar corajosamente temáticas que ainda são tabus. Note-se que a regulamentação do casamento gay foi instituída menos de um ano depois de o porte de pequenas quantidades de maconha ser descriminalizado na Argentina.

Para Fernando Seffner, o que está em jogo é a igualdade de direitos humanos. Ele afirma que o grande mérito dessa nova lei é reconhecer que a orientação sexual das pessoas não pode servir de justificativa para qualquer restrição à cidadania. "Se heterossexuais têm direito a uma instituição civil chamada casamento, homossexuais também têm", afirma. "Reconheceu-se que o casamento civil é uma regulamentação da união entre duas pessoas. Se elas forem dois homens, duas mulheres ou um homem e uma mulher, para o Estado não faz diferença."

O procurador regional da República Paulo Gilberto Leivas concorda. Para ele, o que houve na Argentina "é uma realização do direito constitucional de igualdade. Algo garantido pelas cons-

"A orientação sexual das pessoas não pode servir de justificativa para qualquer restrição à cidadania"

Prof. Fernando Seffner

tituições de todos os países, mas que vem sendo violado em diversos locais, inclusive no Brasil", critica o procurador.

Vitória laica - O fato de grupos religiosos manterem relações próximas aos estados nacionais implica limitações a ações em políticas públicas como essa. Sempre que são debatidos assuntos como a regulamentação do aborto ou a concessão de direitos à população homossexual, chovem argumentos fundamentados em um senso moral compartilhado pelos adeptos das religiões cristãs.

Apesar de ser um resquício anacrônico de tempos em que o clero governava junto aos reis, segue inquestionável o poder exercido pela Igreja (nesse caso, unida às diversas linhas evangélicas) perante os órgãos públicos. A questão do matrimônio civil exemplifica isso: "Por séculos, o casamento foi uma instituição exclusivamente católica. Era a Igreja que expedia o documento, fazia valer heranças e tudo o mais", explica Fernando. De acordo com o historiador, quando o Estado estabeleceu uma forma de matrimônio não religiosa, ele manteve uma série de elementos estritamente católicos na sua composição: "Um deles é a ideia da sua eternidade, que já foi derrubada com o surgimento do divórcio. Outro é a ideia de que casamento gera descendência e, por isso, é algo que acontece entre pessoas de sexos diferentes".

O padre Pedro Willemsens, da instituição católica Opus Dei, afirma: "Sou contra o reconhecimento do governo da união homossexual equiparada a de um homem e uma mulher. Me parece que é como a pessoa que falsifica dinheiro: ela alega que está só se ajudando sem prejudicar ninguém, mas não é

assim. Dessa forma, se passa a equiparar coisas diferentes. Essas uniões não podem dar origem a uma nova vida". Fernando Seffner argumenta: "A Igreja adora falar em dissolução da família porque essas aprovações pelos Estados vão modificando o perfil de família, que, na verdade, já se encontra bastante modificado".

De acordo com o padre Pedro, muitos elementos enfraquecem o conceito de família: "Se vê que o matrimônio é cada vez mais frágil, cada vez o índice de divórcio cresce. Isso é resultado de uma sociedade que não valoriza a família, o compromisso e um sentido forte de amor. E acho que isso tem a ver também com essas leis".

Para o professor, entretanto, a legislação argentina não vai contra nenhuma religião, pois seus cânones não possuem - ou não deveriam possuir - qualquer relação com o Código Civil, que abrange todos os cidadãos, independentemente de suas crenças. "No âmbito da Igreja Católica, ela pode proibir dois homens de se casarem, pois isso vale para seus fiéis. Mas o que a Igreja quer fazer é obrigar o Estado a aprovar uma legislação que contenha os seus valores, obrigando toda a população a obedecer à sua moral. É compreensível que ela faça isso, pois passou séculos aliada ao poder das monarquias e desfrutou desse privilégio", comenta.

Na opinião do clérigo, a moral cristã chega a todos os âmbitos da vida. "É lógico que a Igreja não vai se posicionar acerca de questões que não tenham um conteúdo moral. Mas, nesse caso, há uma carga moral que implica uma maneira de entender a família e o matrimônio. Então agora o matrimônio vai ser possível entre três pessoas? Ou entre uma pessoa e um animal?", questiona.

Ariel Fagundes, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabício

Direitos homossexuais no Brasil

De acordo com pesquisa nacional realizada pelo Projeto Sexualidade do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo e divulgada pelo Estruturação-Grupo LGBT no final de 2008, 10,4% dos homens e 6,3% das mulheres maiores de 18 anos residentes das capitais brasileiras são bissexuais ou homossexuais.

Essa população expressiva, a duras penas, vem conquistando direitos primários. Mas, como não há legislação específica, tudo acontece por meio de decisões judiciais, explica o procurador regional da República Paulo Gilberto Leivas: "O Judiciário já reconheceu direitos previdenciários, de pensão alimentícia, de herança, de adoção, de dependência em planos de saúde, entre outros. Praticamente todos os direitos já foram reconhecidos

pela Justiça, mas há uma omissão por parte do Congresso brasileiro que não garante esses direitos por lei". Nesse contexto, o Rio Grande do Sul é exemplo de aceitação social. "Eu mesmo sou pai de um garoto adotado; vale dizer que sou gay, se ainda não ficou claro", revela o professor da Faculdade de Educação da UFRGS Fernando Seffner.

Em abril, o Superior Tribunal de Justiça criou um precedente jurídico inédito ao optar por manter a adoção de duas crianças por um casal de lésbicas de Bagé (RS), contestada pelo Ministério Público Federal (MPF), que pedia a anulação do registro. Também fomos pioneiros em sentenças relativas aos procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo feitos, inicialmente, pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre e incorporados à rotina do SUS a partir de ação do MPF.

O professor observa que no RS a união civil (bem menos abrangente que o casamento) entre pessoas do mesmo sexo já é algo que pode ser feito em cartório de modo simples. "O que nos falta, em termos legais, é uma lei como a da Argentina, que tome essa garantia acessível a todos os que desejem, sem necessidade de processos judiciais", afirma.

Mas, para Paulo Gilberto Leivas, essa realidade ainda está distante: "Na atual composição do nosso Congresso, em que há uma atuação muito forte de grupos religiosos contrários aos direitos dos homossexuais, acho praticamente impossível que isso ocorra por aqui. Sequer reconhecemos direitos mínimos, até o projeto de lei que criminaliza a discriminação está tendo muita dificuldade para ser aprovado. Por enquanto, a esperança se dá no Judiciário".



FLAVIO DUTRA/JU

Cidades quentes e oceanos frios

Meteorologia

Especialista questiona a teoria do aquecimento global

Jacira Cabral da Silveira

Durante as férias de inverno, a UFRGS sediou o XVI Encontro Nacional de Geógrafos, com cerca de seis mil inscitos, brasileiros e vizinhos do Mercosul. Entre os sete eixos temáticos do programa, foram discutidas “as transformações climáticas em diferentes escalas de análise e as consequências para a sociedade”, reunindo expressivo número de participantes.

Um dos palestrantes convidados foi Luiz Carlos Molion, físico e meteorologista da Universidade Federal de Alagoas, conhecido por seu discurso contrário ao aquecimento global. Representante dos países da América do Sul na Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial e experiente em estudos sobre o clima no planeta, Molion afirma que o que ocorre é exatamente o contrário: a Terra passa por um período de resfriamento global.

Para ele, o referido aquecimento ocorreu de 1977 a 1999 e foi um fenômeno natural, e não o resultado da ação humana. O que não absolve o homem, já que as consequências da ação

humana encontram-se muito mais na forma desordenada com que se ocupam os espaços geográficos, aumentando as concentrações urbanas, do que na emissão de gás carbônico: “O CO₂ não é o vilão”, frisa o especialista.

Além das causas, Molion questiona também a abrangência dos resultados. Ele explica: “Como a superfície da cidade é impermeável por causa do asfalto e dos edifícios, a água da chuva escorre e vai embora, e o sol acaba aquecendo o ar por falta de água para evaporar. Nessas circunstâncias, os termômetros nas cidades marcam temperaturas mais elevadas do que aquelas registradas no entorno com mais vegetação” – daí os dados alarmistas do chamado aquecimento global.

O meteorologista afirma que não há informações nem quanto à origem dos termômetros utilizados para tais cálculos tampouco com relação ao tipo de metodologia empregada. Molion atribui “essa farsa” a interesses econômicos: “Países como a Inglaterra precisam dos demais para sobreviver, desde o fornecimento de alimentos à energia. São eles os dependentes”. Ele avalia que essa relação de forças reflete o colonialismo

fortemente arraigado na mentalidade europeia, “particularmente nos chamados países desenvolvidos; todos eles tiveram colônias ao redor mundo”.

Oceanos – Os dados utilizados por Molion e sua equipe provêm das mais de 400 estações meteorológicas brasileiras e das milhares de boias espalhadas nos mares do globo.

Com essas informações, são realizadas previsões por similaridade, relacionando o clima terrestre à temperatura dos oceanos, que têm um ciclo de resfriamento a cada 25 ou 30 anos, e depois voltam a aquecer. “Analisamos o nosso clima em função de como estavam o Pacífico e o Atlântico. Lá nos anos 40, por exemplo, verificamos que nosso clima estava frio e que o Pacífico voltou a esfriar a partir de 1999/2000.” São estudos, reforça o especialista, desenvolvidos a partir de dados que o próprio clima criou: “Não nos baseamos em modelos”, ironiza.

“Vamos ter mais 20 anos de resfriamento, situação global semelhante a das décadas de 50/60.” Nessas condições, teremos nos próximos 10 anos de três a quatro invernos rigorosos. Molion recorda que, naquelas décadas, ocorreram invernos semelhantes aos que vimos enfrentando, com reflexos na economia, como a erradicação do cultivo do café no oeste paranaense provocada pelas geadas. “Esses invernos acabam também por mudar demograficamente um país, como quando gaúchos, catarinenses e paranaenses foram colonizar o Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Roraima, etc.”, lembra.

Em 1983, um orientando de Molion, Moacir Berlatto, professor aposentado da Agronomia da UFRGS, investigou o impacto do clima na produção de soja gaúcha. “Concluimos que a quebra na safra é mais frequente nos anos de La Niña do que nos de El Niño, quando chove mais. No período de La Niña ocorrem veranicos, com estiagem na estação de crescimento da planta, o que pode ser fatal para a floração.”

Quando o Pacífico fica quente, produz mais El Niños, com chuvas torrenciais, inundações e bastante umidade. Por outro lado, quando o Pacífico esfria, como vai ocorrer até aproximadamente 2030, a frequência de La Niña é maior. “E esses fenômenos não têm nada a ver com a ação do homem”, reforça.



“A ignorância é muito grande ainda, mas vamos ter a oportunidade de ver como o sol, com seu campo magnético enfraquecido, influencia a Terra”

Luiz Carlos Molion

Preocupação atual – Segundo o meteorologista, a responsabilidade desses fenômenos é dos oceanos que, por sua vez, respondem à atividade solar. Quando o sol está ativo, boa parte do calor gerado por ele é armazenado nos oceanos. À medida que o sol começa a diminuir sua ação, os oceanos ainda têm muito calor estocado, acarretando certo ‘atraso’ na mudança climática.

A preocupação de Molion, atualmente, é de que o sol vai passar por um mínimo de ação até 2030 ao mesmo tempo em que os oceanos estarão em resfriamento. A combinação desses fatores vai redundar num resfriamento que ainda não é acentuado, mas que ficará intenso nos próximos 20 anos.

Na opinião do especialista, vamos entrar num período de tempestades, semelhante ao das décadas de 50/60, quando ocorreram tornados no estado. Ele acredita o pouco conhecimento desses eventos a dois fatores: “A população

naquela época era menor, e os meios de comunicação menos desenvolvidos”. Agora é diferente, adverte.

Para enfrentar os efeitos desses prognósticos, ele afirma que será necessária a implantação de sistemas de alerta, pois não há como evitar os tornados. Também recomenda previsão do tempo qualificada. Cita os EUA como exemplo, onde o sistema de alarme é acionado quando os radares detectam tornados. “Todo mundo vai para os abrigos.” E nos próximos 20 anos o Brasil estará sujeito a tais fenômenos.

Por outro lado, Molion salienta que, pela primeira vez na história da humanidade, há equipamentos para estudar o sol. No Brasil, além de pesquisadores qualificados, há intercâmbio com cientistas da Nasa e da Agência Espacial Europeia. “Toda vez, no passado, em que o sol entrou no mínimo desse ciclo de 100 anos, ocorreram catástrofes naturais.”

Para o especialista, a dificuldade que os cientistas têm pela frente é encontrar um mecanismo físico para explicar por que o sol, em baixa atividade, produziria mais terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas.

De acordo com o Molion, o campo magnético solar está 30% mais fraco. Isso provoca distúrbios na ionosfera, fazendo com que ela se contraia, podendo também interferir no campo magnético terrestre, o que levaria à mudança do movimento do manto terrestre, responsável pelos movimentos das placas tectônicas e pelos terremotos: “A ignorância é muito grande ainda, mas vamos ter a oportunidade de ver como o sol influencia a Terra”.

CO₂ não é vilão – Voltando à questão do aquecimento, Molion repete que o CO₂ não é o vilão na questão ambiental. Isso não quer dizer, entretanto, que os combustíveis fósseis não sejam um problema. Segundo ele, enquanto o padrão europeu exige que o diesel tenha no máximo 10 mg de enxofre por quilo, os resultados de uma pesquisa realizada nos postos combustíveis de São Paulo atestam que, no diesel usado no Brasil, há concentrações de enxofre de 500 a 2 mil mg.

E quando esse diesel ou gasolina sofre combustão, o enxofre vai para o ar, combina com a umidade e produz gotículas de gás sulfúrico que são respiradas por seres humanos e animais: “Isso é poluição!”, condena o físico.



Embate nas coxias



FLAVIO DUTRA/JU

Infraestrutura Salas de espetáculos definham enquanto teatro universitário sobrevive

Caroline da Silva

O ator gaúcho Marcos Breda frequentou a UFRGS de 1978 a 1989, na época de sua maior efervescência cultural, passando por diversos cursos que não os oferecidos pelo então CAD, como era chamado o Departamento de Artes Dramáticas. Ingressando na Engenharia e formado em Letras, ele lembra que assistiu a montagens e a exercícios de amigos que faziam direção: “No CAD, se trabalhava na maior precariedade e tinha ótimos trabalhos, apesar disso. Evidentemente que as peças a que assistia lá acabaram integrando a minha formação de espectador teatral”.

O cenário de que ele se lembra não é muito diferente do atual, embora naquele período a Sala Qorpo Santo fosse nova, datando de 1986 (gestão do reitor Francisco Ferraz) e batizada em homenagem ao dramaturgo gaúcho no ano seguinte pelos professores do Departamento de Arte Dramática. Outra diferença é que o prestígio do teatro universitário tem sido resgatado ultimamente com as recentes premiações de *O Sobrado*, dirigido por Inês Marocco, no Porto Alegre em Cena e no Açorianos. No entanto, o atual chefe do Departamento, João Pedro Alcantara Gil, garante que, “pensando em termos de grupo de atuação na capital, todos eles têm alguém do DAD”.

Incubadoras artísticas – As salas de teatro Qorpo Santo e Alziro Azevedo são os espaços para que os estudantes de Teatro da Universidade realizem suas tarefas práticas e ensaiem. Porém, não é de hoje que elas estão muito aquém de oferecer uma estrutura adequada para as suas funções de laboratório. Conforme o professor, são realizados nesses locais os trabalhos de conclusão e os estágios de direção e atuação: “Toda essa atividade que envolve a apresentação; não existe teatro sem o público, e os alunos precisam dessa convivência. Por isso que repercute o trabalho e também as más condições vistas nas salas”.

Gil continua citando o projeto de Teatro Pesquisa e Extensão (TPE), “uma espécie de incubadora, pois os espetáculos logo em seguida migram para temporadas em teatros municipais”. O chefe de Departamento ressalta que são raras as Universidades que possuem uma sala de espetáculos, e a Qorpo Santo é muito boa em comparação com os teatros universitários do Brasil e exterior. Recém-agraciada com um Kikito de melhor atriz em curta-metragem no Festival de Gramado e formada em Teatro pela UFRGS, Elisa Volpatto reconhece os méritos do

espaço: “A Qorpo Santo tem um palco ótimo, de tamanho e visibilidade de plateia bem adequados. Mas aquilo está abandonado, não se dão conta do valor”. A garota premiada que lá encenou o projeto Galeando como trabalho de conclusão em 2008 e 2009, e ainda o espetáculo *O Balcão* no TPE, narra uma série de dificuldades que teve para utilizar o local nas apresentações e ensaios.

Precariedade – Segundo a jovem atriz, os assentos para a plateia são velhos e mal conservados, não tem controle administrativo. Não há fiscalização da limpeza, que não é regular.” Em relação a isso, recorda-se que em um de seus ensaios viu um rato passar: “No nosso ofício, temos que nos atirar no chão, e o lugar é insalubre. Se tem ratos, tem que colocar veneno, manter limpo”. Por isso, ela e as colegas de espetáculo realizaram uma “faxina homérica” e tiraram todos os entulhos (material deixado de outras encenações) dos camarins, para que pudessem ser usados para esse fim, e não como estoque. Fizeram uma campanha para que os integrantes do DAD fossem retirar seus pertences, ou eles iriam para o lixo. Nesse processo, encontraram refletores trancados em um armário, “mas eles só estavam queimados”. Elisa considera que é preciso mobilizar o administrativo para haver dinheiro. Na sua opinião, a Sala Qorpo Santo poderia sediar eventos como o Porto Alegre em Cena, se tivesse condições de receber o público.

Outro ponto negativo levantado é a falta de sinalização na entrada. “Tinha de haver uma placa. As pessoas não sabem que tem um teatro ali no Câmpus Centro. Convidei amigos para assistir aos meus trabalhos, e eles não encontraram.” Já na Sala Alziro Azevedo, que Elisa frequentou para atividades de aula, menciona a carência de iluminação.

Sissi Venturin, por sua vez, que teve a peça que dirige transferida para a Alziro, neste mês de setembro, afirma que sua única reclamação é a falta de uma faxineira assídua. “Nós ensaiamos *Em trânsito* na Sala Qorpo Santo durante o primeiro semestre inteiro de 2009. Havia problemas na parte técnica, o teatro estava, sim, precisando de reformas e agora está fechado para tal. Realmente a estrutura física estava debilitada, mas não posso reclamar do pessoal, pois todos foram muito gentis conosco. Desde o Gil, tão prestativo, até o Sr. Casquinha, o porteiro, que chegava supercedo.” O funcionário responsável pelo local é Antônio Carlos Amaral dos Santos, conhecido como Casca.

Mudanças – O professor João Pedro Gil relata que o Teatro Universitário foi fechado para as atividades de público, abrigando somente ensaios. “A programação está toda sendo realizada na Sala Alziro Azevedo. Estamos no limite do atendimento, dadas as grandes demandas da graduação e pós-graduação.” Desde a última mudança de gestão na Pró-reitoria de Exten-

Alziro Azevedo

O Projeto de Restauração e Readequação dos Prédios do Departamento de Arte Dramática da UFRGS foi elaborado em 2006 pela Secretaria de Patrimônio Histórico e encaminhado ao MinC, com a intenção de incluir essas edificações no programa da Universidade de restauração dos prédios históricos.

O documento resgata a história dos espaços. A Faculdade de Medicina, por meio do diretor Alfredo Leal, adquiriu em 1900 dois “palacetes” na então Rua da Alegria n.º 55 (atual General Vitorino n.º 255). Quatro anos mais tarde, ocorreu a aquisição do terreno correspondente ao atual n.º 340 da Avenida Salgado Filho, antiga Travessa Dois de Fevereiro, também denominada Rua da Cadeia. Em 1924, as Faculdades de Medicina e Farmácia passaram à nova sede, na Avenida Sarmento Leite (atual prédio do ICBS), e o Instituto Osvaldo Cruz mudou-se para o local. Em 1968, o prédio da Salgado Filho começa a sofrer reformas para receber o Departamento de Arte Dramática, que o ocupa em 1969. A nova sede do DAD possui inclusive uma sala de espetáculos com capacidade para 78 espectadores. Na fachada da atual Sala Alziro Azevedo, ainda hoje se pode ver o emblema da Farmácia.

são, os dois espaços são gerenciados pelo DAD – um desejo antigo dentro do Instituto de Artes.

No final de 2009, uma carta de estudantes e ex-alunos de Teatro foi encaminhada à direção da unidade e também chegou a órgãos da administração central. A reivindicação era para acelerar o início da reforma na Sala Qorpo Santo, que recebeu R\$ 300 mil reais no edital CT-Infra, para ampliação da caixa cênica, instalação de um espaço administrativo e modificação do acesso à cabine de luz. “Espero, sinceramente, que não demore anos para reformarem o Teatro, pois ele é excelente, apesar de danificado, e movimenta um público cativo”, opina Sissi.

Gil também informa que, graças ao setor de Engenharia Elétrica, foram feitos alguns reparos no sistema de iluminação da Alziro Azevedo no primeiro semestre. Ela também espera pelo desenrolar de uma verba destinada. O diretor do IA, Alfredo Nicolaiewsky, afirma que o pré-projeto arquitetônico de reforma e ampliação do DAD (incluindo a sala de espetáculo) foi agraciado com uma emenda parlamentar no valor de R\$ 250 mil. Nesse momento, se aguarda a licitação para a empresa vencedora elaborar o projeto definitivo.

A atriz Sissi Venturin diz que “a Universidade ainda é terreno de investigação de estilo, que não está atrelada ao ‘comercial’. É onde se faz bom teatro, existe experimentação”. O chefe de Departamento retoma a relação complicada das artes com a academia: “Todo mundo pode fazer. Por que uma graduação?”. Gil conclui que é o lugar de olhar o processo de criação com mais rigor, com pesquisa, e para isso foi criada a Pós-graduação em Artes Cênicas.

JU indica

África na Política Internacional - O Sistema Interamericano e sua Inserção Mundial

Paulo Fagundes Visentini
Jurúá Editora, 2010, 272 págs.
Coleção Relações Internacionais
R\$ 60 (valor médio)

Uma aula sobre o continente africano em pouco mais de 200 páginas. Visentini retrata uma região a pouco conhecida no Brasil e cujo papel no cenário mundial



– como defende o autor, refutando a postura de afropessimismo – tende a ser decisivo, devido à organização de seus países em blocos autônomos de cooperação. Dividido em sete capítulos, o livro apresenta inicialmente a constituição africana em termos geográficos, com dados a respeito de relevo, clima, recursos naturais, atividades econômicas desenvolvidas e características da população. A partir daí, segue uma estrutura cronológica que adquire inclusive função didática, reconstituindo a evolução histórica de forma detalhada para o leigo e panorâmica para o estudioso, desde a formação dos primeiros povos em cada região até suas características e interações entre si e com o restante do mundo. Passa pela exploração europeia à época das grandes navegações, pelo tráfico de escravos, pela divisão política forçada pelo imperialismo europeu e suas consequências, pelos processos de independência e alinhamento das nações na Guerra Fria, pela “marginalização” internacional ao fim do século XX e pela retomada da autonomia no século XXI, com o desenvolvimento de blocos econômicos e políticos interafricanos. (Diego Mandarin)

Rua da Praia – Um Passeio no Tempo

Rafael Guimarães
Porto Alegre: Libretos, 2010, 200 págs.
R\$ 68 (valor médio)

Para os apaixonados por Porto Alegre, o livro é uma oportunidade de redescobrir o passado



e o presente de uma das ruas que testemunhou os principais acontecimentos vividos por seus habitantes. A via, cujo nome oficial permanece restrito às placas de sinalização, testemunhou revoltas, desfiles, comícios, debates acalorados nos cafés e boemia. Uma das histórias mais interessantes é a da Praça da Harmonia. Até 1872, o local era considerado amaldiçoado pelos colonizadores por ser o cemitério da cidade. Com a instalação do palácio do governo, transforma-se numa bucólica praça. Mas seu destino ainda seria marcado por altos e baixos: anos depois, passou a servir de palco para o enforcamento de condenados, até que um novo governo decide erguer ali a Praça da Harmonia, com um pequeno cais junto ao Guaíba e um chafariz. O espaço volta a deteriorar-se, mas é restaurado por um projeto urbanístico que inclui o plantio de árvores, um quiosque e um ringue de patinação. Ela transforma-se então no ponto de encontro de escritores e de moradores. Seu destino ainda iria sofrer outra reviravolta: em nome do progresso, sua área é loteada e ocupada por barracões. O retorno à condição de praça ocorre lentamente a partir de 1960. A arte e a poesia ainda esperam para retomar o espaço que lhes foi roubado. (Ánia Chala)

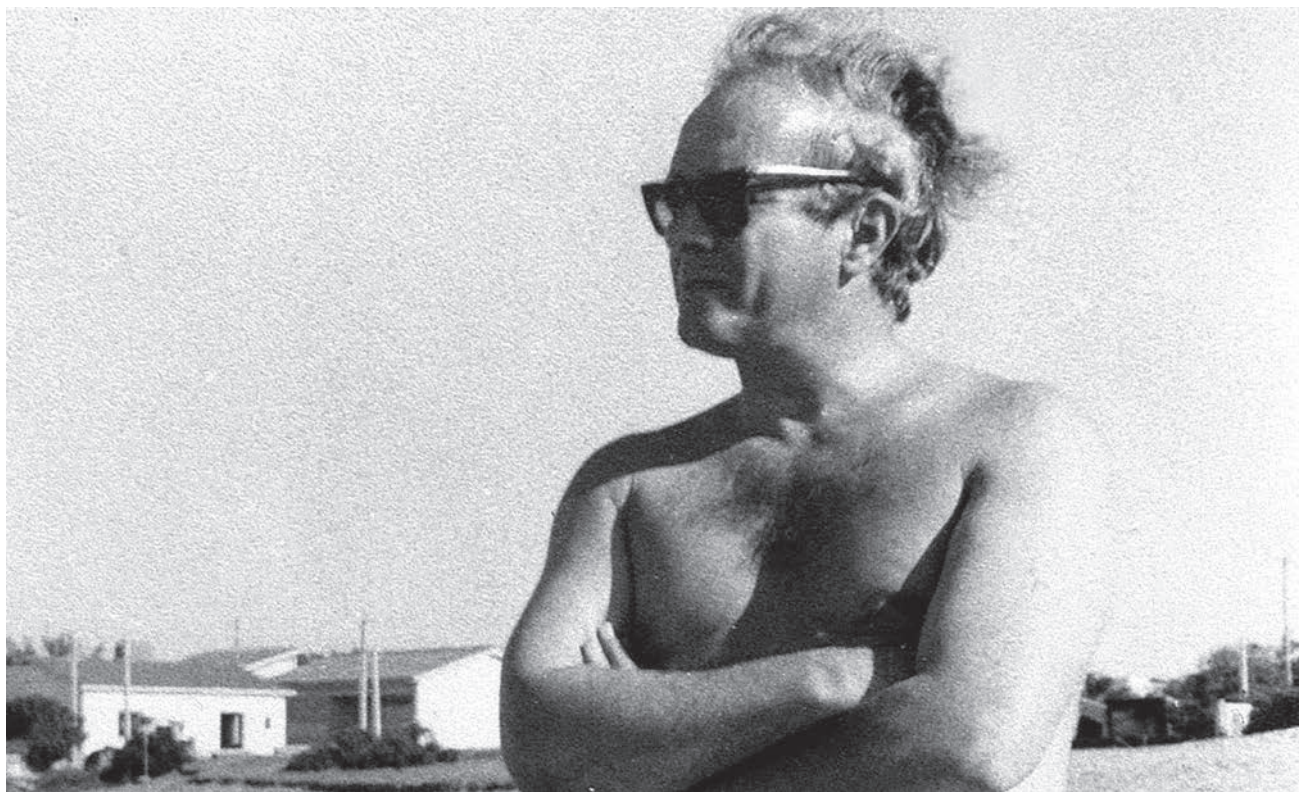


Trinta anos sem ele

Vinicius de Moraes
Conhecido por suas canções de amor, o poeta tinha outra obsessão bem diversa: a morte

Autor de versos de amor que se fixaram como patrimônio cultural dos brasileiros, como “que seja infinito enquanto dure” ou “beleza é fundamental”, Vinicius de Moraes se tornou famoso por falar daquilo que conhecia tão bem. O memorável Poetinha teve nove casamentos no currículo, fez inúmeras viagens ao redor do mundo e ganhou fama por sua vida boêmia e suas parcerias na MPB. No entanto, o carioca, que nas palavras de Drummond foi “o único de nós que teve vida de poeta”, tratava de outros temas menos agradáveis em suas obras.

De acordo com a doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS Seleste Michels, que publicou um artigo sobre o assunto, a morte é vista por Vinicius especialmente de duas maneiras: o final de uma vida de sofrimento, quando a morte é ascensão, ou o final de uma vida de prazeres, quando a morte é sofrimento e punição eterna. “Na verdade, as duas estão ligadas a uma concepção católica de mundo que diz que uma vida de sofrimento leva à glória e uma vida de prazeres leva à punição”, explica. A também doutoranda Juliana Santos, cuja dissertação analisou a poesia metafísica do poeta, concorda. “A morte é uma constante nessa poesia de teor metafísico e aparece em Vinicius geralmente a partir de um olhar negativo, cheio de terror. Muitos poemas tratam do medo do desconhecido, do terror do aniquilamento, da angústia de uma existência em que se vai pisando a terra e olhando o céu/



Sua poesia, música, teatro, crítica de cinema e crônica tinham a metafísica como preocupação constante

preso pelos extremos intangíveis (versos de *O poeta*). Porém, em alguns poemas, o sujeito lírico sente-se puro e alcança a serenidade.”

Quando à forma, Vinicius adotava o verset claudeliano, um tipo de verso bastante longo, sem definição prévia de métrica ou rima, que procura captar o ritmo natural da respiração humana. “A técnica parte da noção de que há uma ligação recíproca entre a libertação da linguagem e a libertação do espírito, e constitui-se numa tentativa de aproximação com o plano divino”, descreve Juliana. O tipo de verso concebido pelo francês Paul Claudel influenciou não só a produção de Vinicius, mas a de muitos outros poetas durante a década de 1930, já que essa concepção poética se afinava com o fortalecimento de ideais católicos no Brasil.

O amor e a morte – Apesar de ser mais característica na fase mística, é possível encontrar muito do discurso do poeta sobre a morte entrelaçado à sua temática amorosa. Os elementos da poesia mais

conhecidos de Vinicius, como a mulher e o encontro amoroso, já apareciam nos primeiros versos, “só que dentro de uma perspectiva mais metafísica, religiosa, questionando o sentido da existência, o modo de conciliar o amor, o desejo pela mulher e a adoração a Deus, a busca de um apaziguamento espiritual. Esse conflito, que gera muita angústia, culpa e medo da morte, é constante”, esclarece Juliana. “A mulher e o amor surgem, então, nesse contexto geralmente como empecilhos para a pureza desejada, impedindo uma relação mais harmônica com Deus e com a morte. Assim, a culpa por seu desejo desenfreado, pelo pecado da carne está fortemente vinculada ao seu sentimento de terror em relação à morte”, completa.

Bastante versátil, Vinicius produziu poesia, música, teatro, crítica de cinema e crônica. E a preocupação metafísica foi uma constante em todas elas. “No entanto, se ficarmos apenas no terreno da poesia, vemos que ela vai se diferenciando bastante ao longo dos anos e de cada livro. Com relação à canção, que

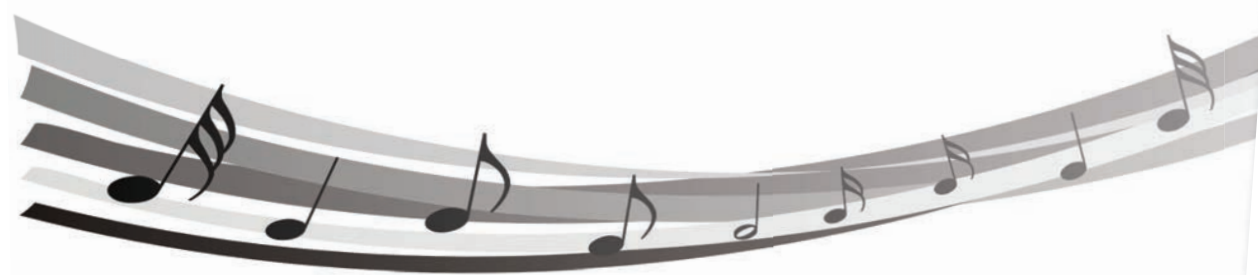
é outro gênero de composição, isso se diferencia ainda mais, mas o que percebe é que o poeta continua refletindo sobre o sentido da existência ou sobre o amor numa perspectiva metafísica. O encontro amoroso, a fraternidade, o diálogo cotidiano com a morte (verso do poema *O haver*) ainda são reflexos dessa busca metafísica que ele empreendeu com grande intensidade no começo de sua produção, só que a influência dos princípios católicos e das imagens bíblicas foi se diluindo e mesclando a outros elementos em suas produções artísticas.”

Mudança de ponto de vista – De acordo com Juliana Santos, pode-se dizer que o questionamento metafísico é mais direto na primeira fase da produção do poeta, com forte matiz religioso, e vai se transformando ao longo do tempo. “Nos primeiros livros, destaca-se a discussão direta sobre o sentido da existência, o medo da morte e o dilema da ‘impossível pureza’ e da ‘impureza inaceitável’, nos termos de Octavio de Faria, que era

E tudo em mim buscava Ariana e não havia em nenhuma parte Mas se Ariana era a floresta, por que não havia de ser Ariana a terra? Se Ariana era a morte, por que não havia de ser Ariana a vida? Por quê? – se tudo era Ariana e só Ariana havia e nada fora de Ariana? Baixei à terra de joelhos e a boca colada ao seu seio disse muito docemente - Sou eu, Ariana... Mas eis que um grande pássaro azul desce e canta aos meus ouvidos - Eu sou Ariana! E em todo o céu ficou vibrando como um hino o muito amado nome de Ariana.

Trecho de “Ariana, a mulher”, grande poema publicado como livro

Cadu Caldas, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabrice



No tom

O Salão de Atos acolheu um encontro de talentos na edição de julho do Unimúsica. As múltiplas percussões de Ari Colares, Caito Marcondes, Sergio Reze e Roberto Angerosa se uniram às inspirações do flautista Teco Cardoso e do fagotista Adolfo Almeida Jr. Apesar de o auditório não estar lotado, o público pode mergulhar em uma vasta atmosfera de ritmos melodiosos e melodias rítmicas.

O aparente paradoxo se reconciliava com nitidez na música do paulista Sergio Reze. É ele quem explica: “Procuro usar a bateria como um instrumento que tem várias vozes que podem ser acionadas. Não me prendo àquela marcação de tempo tradicional de bumbo, caixa e chimbau; uso vários gongos com notas afinadas que eu posso tocar fazendo o papel de melodista ou dar suporte à harmonia”. Sergio considera o jazz norte-americano a música que melhor utiliza a bateria, mas acrescenta: “Esteticamente, esse não é o meu estilo”.

Caito Marcondes justifica o colega: “Todos

temos uma coisa em comum – somos brasileiros em primeiro lugar”. O desenvolvimento músico carioca adentrou o palco empunhando um zendrum triangular [aparelho que reproduz sons gravados em um laptop] a tiracolo e seu porte era o de um rockstar. Fato que não foi poupado pela ironia de Ari Colares: “O sonho dele era ser guitarrista”.

A língua afiada explica por que Ari foi eleito porta-voz do grupo. Após os percussionistas tomarem suas posições, foi ele quem chamou Teco e Adolfo para a primeira peça. De repente, uma infinidade de vozes percussivas tomou o auditório. Vindas de dezenas de instrumentos, elas se uniram aos sopros para desbravarem compassos e escalas. O resultado trazia uma pitada de jazz – improvisado, incontrolável –, mas com uma base rítmica ancorada em raízes brasileiras. Pasma, a plateia interrompeu a música com uma salva de palmas.

A ausência de limites deixou todos muito à vontade. Teco Cardoso, que está nessa praia

há tempos,

refestelava-se. Não satisfeito por usar três tipos diferentes de flauta, por vezes tocava duas delas ao mesmo tempo. Adolfo Almeida Jr., que é o primeiro fagotista da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, transparecia alegria, provavelmente fruto dessa liberdade, rara na música clássica. Caito conta que “o Adolfo vem do meio erudito, mas é um maluco maravilhoso que toca de tudo e improvisa com uma agilidade muito grande”.

Uma preciosa maluquice permeou o show, mas seu ápice veio com uma releitura do clássico *Asa Branca*. Havia apenas traços da composição original, e até Roberto Angerosa se atrapalha para defini-la: “É uma versão bem aberta, com uma linguagem... Como diria?”. “Mais aérea”, ajuda Sergio Reze. “Isto, é uma ‘Asa Branca’ voando mesmo”, conclui Roberto. Coincidência ou não, Caito tocou essa música numa espécie de tambor de metal estranhíssimo, muito parecido com um disco voador.

E o encontro musical que começou no Unimúsica não tem data para acabar. “A formação foi criada para este evento, mas provavelmente a gente continue fazendo alguma coisa junto”, revela Ari Colares. Caito Marcondes concorda: “Esse molho está dando um resultado fantástico. O diálogo foi fácil, e a gente sentiu que tem muito para explorar”.

Roberto comenta que a diversidade garante uma riqueza única ao projeto: “Tivemos chance de pegar um pouco da cor de cada um, o que é bem legal porque há aqui um quadro de estilos e pensamentos sobre a percussão muito diversos”. Caito resume: “A base de todo sucesso é o respeito de cada um pelos outros, a cumplicidade e a vontade de criar juntos”.

Ariel Fagundes, estudante do 6.º semestre da Fabrice





DESTAQUE

Onde música, ciência e tecnologia se encontram



Mostra é totalmente interativa e poderá ser visitada até 22 de outubro

Exposição Museu da UFRGS abre espaço para a criação musical eletrônica

Com a proposta de divulgar a ciência e a tecnologia aplicadas à área musical, o Museu da UFRGS inaugurou, no dia 9 de agosto, a exposição Música, Ciência e Tecnologia. Eloy Fernando Fritsch, coordenador do Centro de Música Eletrônica (CME) é o curador da mostra e explica que ela resulta de um projeto de popularização da ciência financiado pelo CNPq. “Há anos trabalhamos com pesquisa em computação musical, por isso propusemos uma exposição a partir da ideia da interatividade e que faz essa intersecção entre música, ciência e tecnologia.”

O professor acrescenta que os visitantes têm acesso a onze estações musicais com recursos interativos para o manuseio de softwares musicais. “São sistemas usados para o fazer musical que incluem edição de partituras, programas para composição e para síntese sonora”, destaca. Mesmo quem não tiver qualquer conhecimento musical pode assistir aos vídeos de três ou quatro minutos disponíveis em cada estação e, depois, tentar realizar uma das atividades propostas. Uma equipe de mediadores auxilia quem quiser mergulhar nesse mundo. “O Museu tem ainda

uma parede com vinis conectados a aparelhos MP4, nos quais as pessoas poderão ouvir composições criadas com sintetizadores. Há softwares que vão soar como música mais dançante, bem próxima da que se costuma ouvir nas rádios FM”, diz o curador.

No espaço multimídia, são apresentadas obras da Orquestra de Alto-falantes, que só podem ser executadas por meio de recursos computacionais, e o acervo do Museu do Sintetizador, com vários desses instrumentos eletrônicos. O mezanino do Museu está reservado aos pioneiros da música eletrônica computacional no estado: Frederico Richter, Eduardo Rech Miranda e o próprio Eloy. “São computadores de 20 anos atrás, gravadores de fita e painéis que mostram como a música eletrônica era feita e como ela está na atualidade. Também temos painéis do Laboratório de Computação e Música do Instituto de Informática, no qual vários softwares foram desenvolvidos e que até hoje realiza pesquisas nessa área, e do Centro de Música Eletrônica do Instituto de Artes, que trazem a parte artística com o envolvimento dos alunos do curso de composição da Universidade.”

Ainda serão realizadas aulas abertas, concertos e oficinas. A mostra poderá ser visitada até 22 de outubro, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. O agendamento de grupos para visita pode ser feito pelos telefones 3308-3390 e 3308-4022.

CINEMA

A Montagem e o Cinema Russo

Ciclo com produções de cineastas que exploraram ao máximo as possibilidades da montagem. Entrada franca.

UM HOMEM COM UMA CÂMERA (Rússia, 1929, 68 min), de Dziga Vertov
Sessões: 1.º de setembro, 19h; 2 de setembro, 16h

CÂMERA OLHO (Rússia, 1924, 78 min), de Dziga Vertov
Sessão: 2 de setembro, 19h

TEMPESTADE SOBRE A ÁSIA (Rússia, 1928, 126 min), de Vsevolod Pudovkin
Sessão: 3 de setembro, 16h

A MÃE (Rússia, 1926, 90 min), de Vsevolod Pudovkin
Sessões: 3 de setembro, 19h; 6 de setembro, 16h

A GREVE (Rússia, 1924, 82 min), de Sergei Eisenstein
Sessões: 6 de setembro, 19h; 9 de setembro; 16h

O ENCOURAÇADO POTEMKIN (Rússia, 1925, 74 min) de Sergei Eisenstein
Sessões: 9 de setembro, 19h; 10 de setembro, 16h

OUTUBRO (Rússia, 1927, 95 min), de Sergei Eisenstein
Sessão: 10 de setembro, 19h

SOLARIS



(Rússia, 1972, 166 min), de Andrei Tarkovski
Sessão: 20 de setembro, 16h

O ESPELHO (Rússia, 1974, 101 min), de Andrei Tarkovski
Sessões: 20 de setembro, 19h; 21 de setembro, 16h

STALKER



(Rússia, 1979, 163 min), de Andrei Tarkovski
Sessões: 21 de setembro, 19h; 23 de setembro, 16h

NOSTALGIA (Rússia, 1983, 125 min), de Andrei Tarkovski
Sessões: 23 de setembro, 19h; 24 de setembro, 16h

O SACRIFÍCIO (Rússia, 1986, 149 min), de Andrei Tarkovski
Sessões: 24 de setembro, 19h; 27 de setembro, 16h

MÃE E FILHO (Rússia, 73 min), de Aleksandr Sokurov
Sessões: 27 de setembro, 19h; 28 de setembro, 16h

MOLOCH (Rússia/Alemanha/França, 1999, 103 min), de Aleksandr Sokurov
Sessão: 28 de setembro, 19h

ARCA RUSSA



(Rússia, 2002, 97 min), de Aleksandr Sokurov
Sessões: 29 de setembro, 19h; 30 de setembro, 16h

PAI E FILHO (Rússia, 2003, 110 min), de Aleksandr Sokurov
Sessão: 30 de setembro, 19h

Liga dos Direitos Humanos

Ciclo mensal com entrada franca.

HIROSHIMA, MEU AMOR (França/Japão, 1959, 90 min), de Alain Resnais
Sessão: 8 de setembro, 19h

Percursos do Cinema Japonês

Ciclo organizado pelo Escritório Consular do Japão em Porto Alegre. Curadoria de Shigehiro Takeuchi. Entrada franca.

DE ONDE SE AVISTAM AS CHAMINÉS



(Japão, 1953, 106 min), de Heinosuke Gosho
Sessão: 13 de setembro, 19h

A ROTINA TEM SEU ENCANTO (Japão, 1962, 113 min), de Yasujiro Ozu
Sessão: 14 de setembro, 16h

TORA-SAN TIRA FÉRIAS (Japão, 1990, 106 min), de Yoji Yamada
Sessão: 14 de setembro, 19h

FERROVIA DAS GALÁXIAS (Japão, 1996, 111 min), de Kazuki Omori
Sessão: 16 de setembro, 16h

CREPÚSCULO SEIBEI



(Japão, 2002, 129 min), de Yoji Yamada
Sessões: 16 de setembro, 19h; 17 de setembro, 19h

A GAROTA QUE SALTOU NO TEMPO (Japão, 2006, 99 min), de Mamoru Hosoda
Sessão: 17 de setembro, 16h

ESPECIAL

Literatura Brasileira: Antropofagia ou Mais que Isso?

Quinto encontro do Ciclo de Conferências UFRGS sobre Brasil e Brasilidade. O convidado é o professor de Literatura Brasileira Luís Augusto Fischer. Data: 8 de setembro Local e horário: Sala João Fahrión, às 18h30min Entrada franca

Mal-Estar Urbano: Debate sobre Cidades Semelhantes no Brasil e nos EUA

Mesa-redonda com: Charles Duff, um dos responsáveis pela revitalização de bairros tradicionais de Baltimore (EUA); Cornélia Eckert, antropóloga e professora da UFRGS; Gunter Axt, doutor em História Social pela USP; Amanda Hyde de Kretser, arquiteta. Data: 10 de setembro Local e horário: Sala João Fahrión, às 19h Entrada franca

Preservação de Patrimônio Cultural – Conceitos e Técnicas

Segundo módulo do curso de extensão do Museu da UFRGS. Os palestrantes, Lorete Mattos e José Luis Peadersoli Jr., irão abordar estudos de caso no gerenciamento de riscos em acervos. Data: 11 de setembro Local e horário: Sala II do Salão de AtoS, das 8h30min às 13h Informações: 3308-4022

Ciência, Cérebro e Inteligência Artificial



Encontro do projeto Fronteiras Educação – Diálogos com a Geração Z, dirigido a estudantes entre 12 e 18 anos, com o escritor Fabrício Carpinejar e especialistas da UFRGS. Data: 14 de setembro Local e horário: Salão de AtoS, às 9h Informações: 3029-2326

ONDE?

Museu da UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

Sala Alziro Azevedo
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

Sala João Fahrión
Av. Paulo Gama, 110 – 2.º andar
Fone: 3308-3034

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Salão de AtoS
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Salão de Festas da Reitoria
Av. Paulo Gama, 110 – 2.º andar
Fone: 3308-3034

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Espectáculo que integra a programação da 8.ª Mostra Anual Universitária – Teatro Pesquisa e Extensão.

EM TRÂNSITO



Um homem está preso no trânsito, sozinho. Fala consigo mesmo, seu celular toca e ele não quer atender. Ele sabe quem está do outro lado da linha e pretende ignorá-lo.

Mas, em meio a esses fluxos de trânsito barulhento, ele atende e é levado a um lugar surpreendente. Direção de Sissi Venturin, com orientação das professoras Leonor Mello e Jezebel de Carli. Elenco: Lisandro Bellotto Sessões: 1.º, 8, 15, 22 e 29 de setembro (quartas-feiras) Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 12h30min e às 19h30min Entrada franca

Mostra de Teatro DAD

PIGMALIÃO Estágio de Atuação I da aluna Fernanda Majorczyk. Livre adaptação da obra de Bernard Shaw. O protagonista é um professor que encontra uma pobre e inculta vendedora de flores, estigmatizada por suas maneiras, sua gramática e sua pronúncia. Ele aposta

que a transformará em uma dama da alta sociedade com um curso intensivo. Celibatário e rabugento, ele aproveita o curso para aprender algo sobre sentimentos. Orientação da professora Lígia Motta, com direção teatral de Leandro Ribeiro. Elenco: Fernanda Majorczyk, Douglas Carvalho, Paulo Roberto Farias, Márcia Bockler, Ketti Cardozo, Luiz Fabiano, Taylor Mendonça e Rodrigo Santanna. Sessões: 3, 4 e 5 de setembro (sexta, sábado e domingo) Horário: às 19h30min Local: Sala Alziro Azevedo Entrada franca

MÚSICA

Oficina com Hugo Fattoruso e Rey Tambor



A paixão de Hugo pelo candombe o levou a formar o grupo Rey Tambor, junto com Diego Paredes, Fernando Nuñez e Héctor Nuñez. Os três percussionistas não são apenas descendentes de africanos, mas filhos de construtores de tambores, tocadores, cantores e compositores do gênero. Data: 1.º de setembro (quarta-feira) Local e horário: Salão de Festas, às 20h

Unimúsica

O sétimo show da Série Percussionistas apresenta o trabalho de Hugo Fattoruso e do grupo Rey Tambor. Compositor, arranjador, multinstrumentista e vocalista, Hugo é um dos mestres do candombe, ritmo afro-uruguaio executado com o uso de tambor piano, tambor chico e tambor repique. Data: 2 de setembro (quinta-feira) Local e horário: Salão de AtoS, às 20h Distribuição de senhas na bilheteria do Salão de AtoS, a partir de 30 de agosto, mediante a doação de 1kg de alimento não perecível

OSPA-UFRGS

CONCERTOS PARA A JUVENTUDE

No espetáculo Passeando com Beethoven, a Orquestra apresenta a sua Sinfonia n.º 6, op. 68, em fá maior

– “Pastoral”. O regente é Eder Paolozzi. Apresentação: 12 de setembro (domingo) Local e horário: Salão de AtoS, às 11h Ingressos: R\$ 1 na bilheteria do Salão de AtoS

16.º CONCERTO OFICIAL

Evento que celebra os 200 anos do nascimento de Frédéric Chopin. Obras: F. Chopin - Concerto para Piano n.º 1, op. 11, em mi menor, e A. Dvorak - Sinfonia n.º 8, op. 88, em sol maior. Solista: Alexandre Dossin (pianista). Regente: Isaac Karabtchevsky. Apresentação: 21 de setembro (terça-feira) Local e horário: Salão de AtoS, às 20h30min Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão de AtoS

Vale Doze e Trinta

Show da cantora Vanessa (agora Vane’s), que completa 11 anos de estrada musical interpretando um repertório que vai de The Beatles à música



japonesa. Ela irá apresentar covers de The Corrs, Coldplay, The Beatles e de grupos brasileiros, como Papas da Língua e Paralamas do Sucesso. Data: 14 de setembro (terça-feira) Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, às 12h30min Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS



FOTOS FLAVIO DUFRAY/JU

Do Nele para a França

Jacira Cabral da Silveira

Desde 2007, o Nele é o lugar de Gabriela Jacoby na UFRGS. Ela entrou no curso de Letras dois anos antes e pretendia concentrar seus estudos em língua e literatura portuguesas, mas no segundo semestre da graduação sentiu que lhe faltava outro idioma. No primeiro momento, estava em dúvida entre o espanhol e o inglês, mas foi o francês que a conquistou, levando-a a trocar a ênfase do curso para língua e literatura francesas.

A medida que criou laços com o pessoal do departamento de Francês do Instituto, ficou sabendo da vaga para monitoria no Núcleo de Ensino de Língua Estrangeira da UFRGS (Nele), como atividade de extensão. O Núcleo acabava de criar uma turma para crianças de 10 anos, e foi onde Gabriela estreou, tendo assumido como titular no semestre seguinte. “Foi o Nele que me deu a confirmação daquilo que eu queria ao entrar no curso de Letras: ser professora. Mas também me fez perceber que a Universidade é muito mais do que suas salas de aula e seus espaços físicos.”

Isso porque ela pode experimentar o conhecimento aprendido na graduação junto à comunidade e depois voltar a discuti-lo com seus professores, aprimorando esse conhecimento. Mais do que aprender na graduação ou dar aula dentro da Universidade, Gabriela percebeu que sua experiência no Núcleo integrava o saber teórico, o conhecimento prático ali vivido e a reflexão sobre isso tudo.

“O Nele é o meu lugar na Universidade por duas razões: primeiro, por ser um lugar no qual se pode ajudar a comunidade que vem à procura de crescimento pessoal pelo aprendizado de um idioma; depois, por ser uma experiência que finaliza a formação do professor. Foi aqui que eu pude ver o que funciona ou não na prática, qual é a realidade do professor e do ensino de língua estrangeira.”

Pelo menos duas horas por mês, todos os professores sentam para conversar. “Cada um conta como está o seu trabalho ou se tem algum

aluno com problema.” Isso tudo num ambiente tão receptivo que de colegas passam a amigos. É hora de dar e receber dicas de emprego, comentar sobre novas bibliografias e, quando alguém participa de um evento, socializar com os demais.

A coordenação está sempre aberta a inovações. A mais recente, foi a oferta do curso de francês também para crianças de 8 anos, em função do sucesso do trabalho desenvolvido com as crianças mais velhas, e que continua sendo oferecido.

Gabriela lembra que no primeiro dia de aula havia sete meninas “todas arrumadinhas” querendo saber quando estariam falando o novo idioma. Depois de algumas aulas, ela relata como foi o primeiro aprendizado sobre esse trabalho em especial: “A aula é diferente, não é aquela em que tu vais fazer um texto. É uma aula lúdica. É brincando que elas vão aprendendo o francês”. A dinamicidade é fundamental porque o curso ocorre aos sábados depois de uma semana de muita aula no colégio.

No início do ano, Gabriela foi selecionada em primeiro lugar no concurso internacional para professores assistentes em escolas de ensino fundamental e médio na França, cujo objetivo é oportunizar aos estudantes franceses que estudam o português uma convivência qualificada com a língua estrangeira. “Nossa missão será apresentar a cultura brasileira. Isso é muito interessante porque antes só participavam desses intercâmbios estudantes de Portugal, e agora serão estudantes brasileiros levando a língua que falamos no Brasil e também a nossa cultura.” Além do enriquecimento pessoal, Gabriela espera, com essa experiência, poder mostrar um pouco do trabalho desenvolvido no Nele, seu lugar na UFRGS.

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Perfil Farmacêutica com liderança

Célia Machado
A professora da Faculdade de Farmácia da UFRGS afirma que, acima dos cargos, o importante é participar

Dona de um otimismo contagiante, a professora Célia Machado é daquelas pessoas que está sempre com um sorriso estampado no rosto e para quem um bate-papo pode durar horas sem sequer perceber que o tempo passou. Mas a mulher falante e cheia de energia de hoje, quem diria, foi uma criança comportada. “Na minha infância eu era tranquila demais até. Nunca fui de subir em árvore, essas coisas. Não era daquelas que dava trabalho. Era muito aplicada. Nunca rodei na minha vida. Gostava de estudar.” Assim como os estudos, o gosto pela política começou cedo. “Vivenciava muito isso dentro de casa. Eu me criei ouvindo a preleção de horas do Fidel Castro no rádio imenso que tínhamos em nossa casa, e que pegava, em ondas curtas, emissoras do mundo inteiro. Cresci ouvindo isso e indo a comícios com meu pai. Eu vivi muito a política mesmo antes de entender alguma coisa.” O envolvimento com a política – que era incentivado antes do golpe – não foi visto com bons olhos pelo pai depois de abril de 1964. Ele ficou temeroso com a segurança da filha única. “Dizia para eu não me meter em nenhuma confusão porque era perigoso.” Quando ela decidiu que iria fazer o ginásio no Colégio Júlio de Castilhos, o pai interveio. “Ele inventava desculpas porque sabia que era um lugar no qual eu poderia me envolver em questões políticas com

muita facilidade.” Já conhecia o bastante da minha personalidade e sabia que ia me meter em alguma”, conta aos risos. Ela acabou matriculada no colégio Cruzeiro do Sul, uma escola episcopal americana – lá o pai imaginava que a adolescente não correria o risco de ter influências que pudessem levá-la a alguma atividade subversiva.

Engajamento constante – Toda a vontade de se engajar politicamente pôde ser colocada em prática quando Célia entrou na Universidade. E foi como universitária que começou a despontar a sua liderança. “Apesar de ainda haver repressão, nós já podíamos nos mobilizar um pouco mais. Dias atrás, estava conversando com a Jussara Cony, que foi minha colega de turma, e ela me contou que nós nos conhecemos na fila da primeira matrícula da faculdade. Eu nem lembrava mais. Nós nos encontramos já reclamando da fila e organizando o pessoal.” Célia lembra com orgulho que ajudou a estruturar a primeira Semana Acadêmica da Faculdade de Farmácia em 1974 e, três anos depois, participou do primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia, que hoje está na sua 33.ª edição. “Foi onde comecei uma luta mais organizada da categoria.”

Ela estava no mestrado ainda quando, com outros colegas, assumiu a Associação dos Farmacêuticos do RS, a primeira entidade que presidiu. “Hoje posso dizer que já passei por todas as entidades da profissão.” Só se afastou das atividades políticas quando foi fazer o doutorado em São Paulo. “Foi para me dedicar exclusivamente aos estudos. Mas quando voltava a Porto Alegre sempre participava de algumas coisas. E no que retornei em definitivo, retomei tudo. Assumi o Sindicato dos Farmacêuticos, voltei para a Federação Nacional e para o Conselho Regional. Não me envolvo em mais atividades por falta de tempo, mesmo porque quando eu decido participar de alguma coisa é de cabeça mesmo.”

Como professora, ela percebe os alunos hoje muito menos engajados.

“Tanto menos nas questões internas, da própria faculdade, quanto nas questões políticas. Eles veem a política como uma coisa feia, mas não é. Eles me perguntam por que não temos piso salarial, por exemplo. E eu respondo que não temos porque a categoria não é forte o suficiente para pressionar a Câmara e o Senado. Hoje temos miseráveis três deputados farmacêuticos, enquanto outras categorias têm vinte, trinta.”

Formadora de líderes – Atualmente, Célia ministra, entre outras, a disciplina de Deontologia e Legislação Farmacêutica, “de que sempre gostou, desde a época da faculdade”. Para ela, a relação entre professor e aluno tem de ser de parceria. Em razão disso, mantém contato com vários ex-alunos. “Parece que o aluno só dá importância a certas coisas depois que vai para a vida profissional. Vivo recebendo e-mails pedindo orientação e até brinco com eles por causa disso.” Célia não teve filhos biológicos, mas considera vários alunos como filhos. “Se for contar todos... E tenho muitos afilhados também. Fui paraninfa de muitas turmas”, conta com orgulho.

Com 38 anos de casa, Célia diz que pretende se aposentar quando sua hora chegar, pois acredita que é preciso dar lugar à gente nova que está vindo aí. O mesmo não se pode dizer sobre o engajamento político. “Esse não vai ter aposentadoria nunca.” O que não significa assumir novas funções. “Tenho por lema não me perpetuar nas funções que ocupo. Eu só fico naquelas coisas em que percebo que ainda precisam de mais alguém para dar força. Mas jamais aquela ideia de permanecer eternamente em cargos. Se tem gente nova com a mesma vontade, a mesma intenção de fazer a coisa acontecer, que venha e tome o meu lugar. Um líder é aquele que forma outros líderes. Mas, claro, nunca vou deixar de estar junto. O importante é participar.”

Cadu Caldas, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Centenária

FOTOS E TEXTO FLÁVIO DUTRA

Provavelmente um dos prédios mais emblemáticos na história da UFRGS, o edifício da antiga Escola de Engenharia está sendo restaurado para voltar ao convívio universitário. Inaugurado em 1900, projetado por engenheiros da própria – então isolada – Escola de Engenharia, foi o primeiro marco do que viria a se constituir o Câmpus Centro. Ainda que tenha passado por algumas reformas (uma delas, aproveitando o rebaixamento da Rua André da Rocha, possibilitou a construção das suas famosas “catacumbas”; outra, a construção de um terceiro andar, fez com que se deslocasse para cima o frontão datado), a atual é a maior obra de conservação e manutenção realizada em seus 110 anos. Novas salas, elevadores, entradas e banheiros estão sendo adaptados ao espaço que será ocupado pela administração da Escola de Engenharia, por salas de aula e, como tradicionalmente, pelo CEUE, o centro de estudantes. Financiada pelo Ministério da Cultura através da Lei Rouanet, com orçamento de cerca de 3 milhões de reais, captados por renúncia fiscal entre pessoas físicas e empresas – o maior investidor foi a fábrica de tratores John Deer –, a obra envolveu quase trinta profissionais, entre operários, arquitetos e engenheiros. A previsão de reinauguração é para fevereiro de 2011. Que seja bem-vinda!

